

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	15
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	87
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	88
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	161.990
Preferenciais	128.675
Total	290.665
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	16.385.791	16.632.329
1.01	Ativo Circulante	938.789	239.482
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	195.229	376
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.998	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	2.998	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	2.998	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	341	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	341	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	740.221	239.106
1.01.08.03	Outros	740.221	239.106
1.01.08.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio	0	239.106
1.01.08.03.02	Demais ativos	740.221	0
1.02	Ativo Não Circulante	15.447.002	16.392.847
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	0	26.849
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	26.848
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	26.848
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	0	1
1.02.01.09.03	Demais ativos	0	1
1.02.02	Investimentos	15.447.002	16.365.998
1.02.02.01	Participações Societárias	15.447.002	16.365.998
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	16.187.223	16.365.998
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	-740.221	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	16.385.791	16.632.329
2.01	Passivo Circulante	763	71.217
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10	10
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10	10
2.01.02	Fornecedores	3	3
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	3	3
2.01.03	Obrigações Fiscais	750	54.646
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	750	54.646
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	750	54.646
2.01.05	Outras Obrigações	0	16.558
2.01.05.02	Outros	0	16.558
2.01.05.02.04	Outros tributos	0	16.556
2.01.05.02.05	Outras obrigações	0	2
2.02	Passivo Não Circulante	2.515	1.314
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.513	1.314
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.513	1.314
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.513	1.314
2.02.02	Outras Obrigações	2	0
2.02.02.02	Outros	2	0
2.02.02.02.03	Demais obrigações	2	0
2.03	Patrimônio Líquido	16.382.513	16.559.798
2.03.01	Capital Social Realizado	15.789.244	12.334.064
2.03.04	Reservas de Lucros	1.727.427	5.182.607
2.03.04.10	Reserva de investimentos	1.727.427	5.182.607
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-177.285	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-956.873	-956.873

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.167	-179.503	-89.502	-144.425
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-36	-133	-35	-143
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5	5	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-600	-161	-315
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-17.136	-178.775	-89.306	-143.967
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-17.167	-179.503	-89.502	-144.425
3.06	Resultado Financeiro	3.220	2.968	-18	-28
3.06.01	Receitas Financeiras	3.304	3.455	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-84	-487	-18	-28
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-13.947	-176.535	-89.520	-144.453
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-750	-750	0	0
3.08.01	Corrente	-750	-750	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-14.697	-177.285	-89.520	-144.453
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-14.697	-177.285	-89.520	-144.453
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,09073	-1,09442	-0,55263	-0,89174
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,09081	-1,09452	-0,55285	-0,89196

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	-14.697	-177.285	-89.520	-144.453
4.03	Resultado Abrangente do Período	-14.697	-177.285	-89.520	-144.453

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	193.811	-496
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.372	-463
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-176.535	-144.453
6.01.01.02	Encargos, rendimentos e atualizações monetárias	132	23
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	178.775	143.967
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-47.667	-33
6.01.02.01	Tributos	-44.694	0
6.01.02.02	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-2.973	0
6.01.02.03	Fornecedores	0	-6
6.01.02.04	Salários, encargos sociais e benefícios	0	-27
6.01.03	Outros	239.106	0
6.01.03.01	Dividendos/JCP recebidos de controladas	239.106	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.042	503
6.03.01	Captações líquidas de custos	45.450	503
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos, derivativos e leasing	-44.408	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	194.853	7
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	376	323
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	195.229	330

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	12.334.064	0	5.182.607	0	-956.873	16.559.798
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.334.064	0	5.182.607	0	-956.873	16.559.798
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.455.180	0	-3.455.180	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	3.455.180	0	-3.455.180	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-177.285	0	-177.285
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-177.285	0	-177.285
5.07	Saldos Finais	15.789.244	0	1.727.427	-177.285	-956.873	16.382.513

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	12.334.064	0	5.281.873	0	-956.873	16.659.064
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.334.064	0	5.281.873	0	-956.873	16.659.064
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-144.453	0	-144.453
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-144.453	0	-144.453
5.07	Saldos Finais	12.334.064	0	5.281.873	-144.453	-956.873	16.514.611

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	5	0
7.01.02	Outras Receitas	5	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-67	-66
7.02.04	Outros	-67	-66
7.03	Valor Adicionado Bruto	-62	-66
7.04	Retenções	0	-4
7.04.02	Outras	0	-4
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-62	-70
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-175.320	-143.967
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-178.775	-143.967
7.06.02	Receitas Financeiras	3.455	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-175.382	-144.037
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-175.382	-144.037
7.08.01	Pessoal	66	77
7.08.01.01	Remuneração Direta	55	64
7.08.01.04	Outros	11	13
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.634	315
7.08.02.01	Federais	1.634	315
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	203	24
7.08.03.01	Juros	203	24
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-177.285	-144.453
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-177.285	-144.453

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	39.497.947	41.317.707
1.01	Ativo Circulante	7.361.027	8.487.174
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.998.442	3.217.313
1.01.02	Aplicações Financeiras	794.216	832.077
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	794.216	832.077
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	794.216	832.077
1.01.03	Contas a Receber	1.976.689	2.069.908
1.01.03.01	Clientes	1.976.689	2.069.908
1.01.04	Estoques	18.727	14.323
1.01.06	Tributos a Recuperar	186.377	334.954
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	186.377	334.954
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.386.576	2.018.599
1.01.08.03	Outros	2.386.576	2.018.599
1.01.08.03.02	Depósitos judiciais	1.470.051	1.383.914
1.01.08.03.03	Outros tributos	595.582	416.674
1.01.08.03.04	Demais ativos	320.943	218.011
1.02	Ativo Não Circulante	32.136.920	32.830.533
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.880.627	9.318.902
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	12.715	0
1.02.01.01.03	Caixa Restrito	12.715	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	2.890.585	2.836.629
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.890.585	2.836.629
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2.055.844	1.911.134
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	2.055.844	1.911.134
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.921.483	4.571.139
1.02.01.09.03	Depósitos judiciais	4.606.516	4.266.022
1.02.01.09.04	Outros tributos	171.625	173.051
1.02.01.09.05	Ativo relacionado aos fundos de pensão	98.786	92.619
1.02.01.09.06	Demais ativos	44.556	39.447
1.02.02	Investimentos	8.265	5.370
1.02.02.01	Participações Societárias	8.265	5.370
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	8.265	5.370
1.02.03	Imobilizado	8.648.316	9.273.683
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.895.648	8.535.621
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	752.668	738.062
1.02.04	Intangível	13.599.712	14.232.578
1.02.04.01	Intangíveis	13.599.712	14.232.578
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	12.956.829	13.392.831
1.02.04.01.03	Sistema de processamento de dados	358.835	454.355
1.02.04.01.05	Intangível em andamento	146.705	152.123
1.02.04.01.06	Outros	137.343	233.269

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	39.497.947	41.317.707
2.01	Passivo Circulante	6.688.422	6.522.802
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	119.443	171.791
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	119.443	171.791
2.01.02	Fornecedores	1.473.810	1.636.601
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.473.810	1.636.601
2.01.03	Obrigações Fiscais	97.604	251.490
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	97.604	251.490
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	97.604	251.490
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.039.312	1.044.226
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.039.312	1.044.226
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.038.221	989.245
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.091	54.981
2.01.05	Outras Obrigações	2.644.231	2.103.782
2.01.05.02	Outros	2.644.231	2.103.782
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	56.528	329.733
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros e derivativos	0	70.719
2.01.05.02.05	Programa de refinanciamento fiscal	37.778	35.046
2.01.05.02.06	Autorizações e concessões a pagar	115.291	183.627
2.01.05.02.08	Outros tributos	1.159.832	872.846
2.01.05.02.09	Outras obrigações	1.274.802	611.811
2.01.06	Provisões	1.314.022	1.314.912
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.314.022	1.314.912
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	57.493	53.691
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	70.823	72.624
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	47.505	77.941
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	1.138.201	1.110.656
2.02	Passivo Não Circulante	11.259.391	12.129.387
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.687.377	3.322.174
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.687.377	3.322.174
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.686.865	3.321.362
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	512	812
2.02.02	Outras Obrigações	1.829.015	1.891.249
2.02.02.02	Outros	1.829.015	1.891.249
2.02.02.02.03	Outros tributos	555.935	692.711
2.02.02.02.04	Autorizações e concessões a pagar	517.938	573.004
2.02.02.02.05	Programa de refinanciamento fiscal	413.055	394.916
2.02.02.02.07	Outras obrigações	342.087	230.618
2.02.03	Tributos Diferidos	2.986.970	3.280.703
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.986.970	3.280.703
2.02.04	Provisões	3.756.029	3.635.261
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.756.029	3.635.261
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	243.253	220.191
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	972.969	864.589
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	545.661	575.365
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.994.146	1.975.116

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	21.550.134	22.665.518
2.03.01	Capital Social Realizado	15.789.244	12.334.064
2.03.04	Reservas de Lucros	1.727.427	5.182.607
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	1.727.427	5.182.607
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-177.285	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-956.873	-956.873
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	5.167.621	6.105.720

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.356.228	4.726.076	2.588.134	5.208.697
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.724.860	-3.496.610	-2.076.237	-3.892.369
3.03	Resultado Bruto	631.368	1.229.466	511.897	1.316.328
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-694.273	-1.526.915	-731.636	-1.667.900
3.04.01	Despesas com Vendas	-296.885	-586.930	-259.512	-539.808
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-358.406	-708.536	-270.061	-728.676
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	196.063	286.992	80.547	198.481
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-235.045	-518.441	-282.610	-597.897
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-62.905	-297.449	-219.739	-351.572
3.06	Resultado Financeiro	42.436	-238.364	-47.658	-107.076
3.06.01	Receitas Financeiras	275.640	520.955	209.354	404.856
3.06.02	Despesas Financeiras	-233.204	-759.319	-257.012	-511.932
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-20.469	-535.813	-267.397	-458.648
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.205	182.192	85.941	165.979
3.08.01	Corrente	-55.251	-113.197	-121.309	-161.721
3.08.02	Diferido	51.046	295.389	207.250	327.700
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-24.674	-353.621	-181.456	-292.669
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-24.674	-353.621	-181.456	-292.669
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-14.697	-177.285	-89.520	-144.453
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-9.977	-176.336	-91.936	-148.216
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,09073	-1,09442	-0,55263	-0,89174
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,09081	-1,09452	-0,55285	-0,89196

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-24.674	-353.621	-181.456	-292.669
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-24.674	-353.621	-181.456	-292.669
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-14.697	-177.285	-89.520	-144.453
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-9.977	-176.336	-91.936	-148.216

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	882.828	1.907.752
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.117.254	2.394.571
6.01.01.01	Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-535.813	-458.648
6.01.01.02	Encargos, rendimentos e atualizações monetárias	137.175	158.280
6.01.01.03	Depreciação e amortização	1.756.584	1.997.054
6.01.01.04	Perdas sobre contas a receber	204.879	221.306
6.01.01.05	Provisões	293.695	345.049
6.01.01.07	Perda na baixa de ativo permanente	15.913	26.834
6.01.01.08	Taxa de prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL	25.800	27.299
6.01.01.09	Participação de empregados e administradores	18.328	39.222
6.01.01.10	Operações com instrumentos financeiros derivativos	2.434	1.156
6.01.01.11	Atualização monetária de créditos com empresas ligadas e debêntures privadas	-144.710	-105.452
6.01.01.12	Atualização monetária de provisões	136.325	140.759
6.01.01.13	Atualização monetária do Programa de Refinanciamento Fiscal	23.743	20.442
6.01.01.14	Reversão de atualização monetária de depósitos judiciais	198.853	0
6.01.01.15	Dividendos prescritos	-50.330	0
6.01.01.16	Outros	34.378	-18.730
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-770.584	-190.486
6.01.02.01	Contas a receber	-112.126	-208.685
6.01.02.02	Estoques	1.328	10.839
6.01.02.03	Tributos	-115.066	251.017
6.01.02.04	Aplicações financeiras mantidas para negociação	-1.285.650	-448.428
6.01.02.05	Resgate de aplicação financeiras mantidas para negociação	1.348.440	391.668
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-251.153	-67.141
6.01.02.07	Fornecedores	-128.362	186
6.01.02.08	Salários, encargos sociais e benefícios	-70.676	-60.758
6.01.02.09	Provisões	-150.622	-75.689
6.01.02.10	Provisões para fundo de pensão	-96.141	-104.492
6.01.02.11	Outras contas ativas e passivas	89.444	120.997
6.01.03	Outros	-463.842	-296.333
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-323.247	-218.521
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos - Empresa	-83.012	-34.591
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos - Terceiros	-57.583	-43.221
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.055.766	-726.517
6.02.01	Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	-514.906	-312.170
6.02.02	Recursos obtidos na venda de ativo imobilizado	9.745	34.070
6.02.03	Depósitos judiciais	-675.228	-556.585
6.02.04	Resgates judiciais de depósitos judiciais	127.518	108.168
6.02.05	Aumento dos investimentos permanentes	-2.895	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.045.933	-474.838
6.03.01	Captações líquidas de custos	66.187	504
6.03.02	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos, derivativos e leasing	-808.391	-464.361

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.03.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	-2.872	-88
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-222.875	-911
6.03.05	Autorizações e concessões	-77.982	-9.982
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.218.871	706.397
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.217.313	1.717.764
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.998.442	2.424.161

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	12.334.064	0	5.182.607	0	-956.873	16.559.798	6.105.720	22.665.518
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.334.064	0	5.182.607	0	-956.873	16.559.798	6.105.720	22.665.518
5.04	Transações de Capital com os Sócios	3.455.180	0	-3.455.180	0	0	0	-761.763	-761.763
5.04.01	Aumentos de Capital	3.455.180	0	-3.455.180	0	0	0	0	0
5.04.08	Ações Bonificadas a Resgatar	0	0	0	0	0	0	-761.763	-761.763
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-177.285	0	-177.285	-176.336	-353.621
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-177.285	0	-177.285	-176.336	-353.621
5.07	Saldos Finais	15.789.244	0	1.727.427	-177.285	-956.873	16.382.513	5.167.621	21.550.134

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	12.334.064	0	5.281.873	0	-956.873	16.659.064	6.407.501	23.066.565
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	12.334.064	0	5.281.873	0	-956.873	16.659.064	6.407.501	23.066.565
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-144.453	0	-144.453	-148.216	-292.669
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-144.453	0	-144.453	-148.216	-292.669
5.07	Saldos Finais	12.334.064	0	5.281.873	-144.453	-956.873	16.514.611	6.259.285	22.773.896

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	6.527.360	7.038.760
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.445.247	7.061.585
7.01.02	Outras Receitas	286.992	198.481
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-204.879	-221.306
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.385.987	-2.536.406
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-878.054	-1.031.518
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.399.972	-1.405.444
7.02.04	Outros	-107.961	-99.444
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.141.373	4.502.354
7.04	Retenções	-2.255.160	-2.557.335
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.756.584	-1.997.054
7.04.02	Outras	-498.576	-560.281
7.04.02.01	Provisões (Inclui atualização monetária)	-430.020	-485.808
7.04.02.02	Outras despesas	-68.556	-74.473
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.886.213	1.945.019
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	520.955	404.856
7.06.02	Receitas Financeiras	520.955	404.856
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.407.168	2.349.875
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.407.168	2.349.875
7.08.01	Pessoal	422.469	424.660
7.08.01.01	Remuneração Direta	263.640	284.502
7.08.01.02	Benefícios	75.933	68.028
7.08.01.03	F.G.T.S.	22.477	20.528
7.08.01.04	Outros	60.419	51.602
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.508.240	1.654.685
7.08.02.01	Federais	56.179	97.345
7.08.02.02	Estaduais	1.440.033	1.544.814
7.08.02.03	Municipais	12.028	12.526
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	830.080	563.199
7.08.03.01	Juros	619.476	370.789
7.08.03.02	Aluguéis	210.604	192.410
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-353.621	-292.669
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-177.285	-144.453
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-176.336	-148.216

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DE DESEMPENHO – 2º TRIMESTRE DE 2011

O desempenho da Companhia está diretamente relacionado ao resultado da sua controlada Brasil Telecom Participações S.A., cujo relatório apresentamos abaixo:

O relatório de desempenho apresenta números consolidados da Brasil Telecom S.A. e das suas controladas, descritas na nota explicativa nº 1 destas Informações Trimestrais.

PERFORMANCE OPERACIONAL *(não revisado pelos auditores independentes)*

Indicadores Operacionais	2T11	2T10	% Ano
Telefonia Fixa			
(a) Linhas em Serviço (Mil)	7.005	7.485	-6,4%
Banda Larga			
(b) Usuários Banda Larga (Mil)	1.983	1.974	0,5%
% das Linhas em Serviço	28,3%	26,4%	1.9 p.p
Telefonia Móvel			
(c) Usuários Móveis (Mil)	8.107	7.391	9,7%
% Pré-Pago	87%	86%	1 p.p
% Pós-Pago	13%	14%	-1 p.p
UGR - Unidades Geradoras de Receita (a+b+c) (Mil)	17.095	16.850	1,5%

A Brasil Telecom encerrou o 2T11 com 17,1 milhões de Unidades Geradoras de Receitas (UGRs), 1,5% superior ao 2T10. Este desempenho foi principalmente influenciado pelo crescimento da base de usuários de telefonia móvel.

Telefonia Fixa

A base de linhas fixas em serviço apresentou uma redução líquida de 480 mil unidades em relação ao 2T10, atingindo 7.005 mil linhas ao final do 2T11, em função principalmente da tendência histórica de substituição das linhas fixas por linhas móveis.

Acessos à Internet em Banda Larga

A Brasil Telecom adicionou 8 mil acessos ADSL à sua planta, totalizando 1.983 mil clientes ao final do 2T11, aumento de 0.5% em relação ao 2T10. A penetração de ADSL (ADSL/LES) no 1T11 atingiu 28,3%, contra 26,4% no 1T10.

Telefonia Móvel

A base de clientes de telefonia móvel da Brasil Telecom atingiu 8.107 mil no 2T11, um aumento de 716 mil clientes em relação ao 2T10. No 2T11, a base de clientes é composta por aproximadamente 87% pré-pago e 13% pós-pago.

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta consolidada totalizou R\$4.170 milhões, R\$307 milhões inferior à do 2T10 (-6,9%), principalmente em função da queda de 18,9% nas receitas de longa distância no segmento fixo, seguido pelo decréscimo de 27,0% em receita de voz avançada e 7,8% nas receitas com serviço local, parcialmente compensado pelo aumento de 9,0% na receita de remuneração pelo uso da rede, 17,5% na receita de serviços IP.

Comentário do Desempenho

Serviço Telefônico Fixo:

Na comparação com o 2T10, a receita bruta de telefonia fixa caiu R\$326 milhões (-8,3%), principalmente em razão das seguintes reduções:

- R\$102 milhões na receita de tráfego longa-distância, principalmente devido à diminuição do tráfego;
- R\$125 milhões na receita de tráfego local (-7,8%), principalmente devido à menor tráfego e menor base de linhas fixas em serviço.
- R\$78 milhões na receita de comunicação de dados (-5,3%), principalmente devido à maior agressividade das ofertas;

Serviço Telefônico Móvel:

A receita bruta do serviço telefônico móvel totalizou R\$572 milhões, o que representou aumento de 3,4% em relação ao 2T10, basicamente devido ao crescimento de:

- R\$27 milhões na receita de assinaturas (+22,4%);
- R\$17 milhões na receita de serviços de dados e valor adicionado (+21,9%);

O aumento na receita bruta com serviço telefônico móvel foi parcialmente compensado pela redução de:

- R\$6 milhões na receita de remuneração pelo uso de Rede Móvel (-3,4%);
- R\$18 milhões na receita com material de revenda (-88,1%).

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida totalizou R\$2.356 milhões no 2T11, uma redução de R\$232 milhões (-9,0%) em relação ao 2T10.

Custos e Despesas Operacionais (Ex. Depreciações e Amortizações)

Os custos e despesas operacionais consolidados da Brasil Telecom, que desconsideram as depreciações e amortizações do período no montante de R\$254 milhões, totalizaram R\$1.557 milhões no 2T11, diminuição de R\$230 milhões (-13,0%) em relação ao 2T10.

Comentário do Desempenho

Item	2T10	2T11	Var. (%)
			Anual
Interconexão	460	421	-8%
Pessoal	214	216	1%
Materiais	31	13	-58%
Custo de Aparelhos SMP e outros (CMV)	18	6	-67%
Serviços de Terceiros	548	559	2%
Publicidade e Propaganda	37	40	8%
Aluguéis, Seguros e meios de conexão	128	121	-5%
PDD	106	93	-12%
Outras Desp. (Rec.) Operac.	245	88	-64%
TOTAL	1.787	1.557	13%

A diminuição de 13,0% ocorreu, principalmente, devido à redução de R\$39 milhões em despesas de interconexão (-8,0%), influenciado principalmente pelo menor tráfego sainte para outras operadoras, além da redução de R\$162 milhões em outras receitas e despesas oriunda, basicamente, das menores provisões para contingência e pela receita de dividendos prescritos.

Depreciações e Amortizações

As depreciações e amortizações totalizaram R\$254 milhões no 2T11, redução de R\$6 milhões em relação ao 2T10 (-2,2%), oriunda basicamente do maior volume de itens totalmente depreciados no período.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido positivo totalizou R\$39 milhões no 2T11, representando um aumento de R\$87 milhões em relação ao 2T10, quando havia um resultado financeiro negativo de R\$47 milhões.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Coari Participações S.A. (“Coari” ou “Companhia”) foi constituída em 31 de julho de 2000, tendo como objeto social a participação em outras sociedades comerciais e civis, como sócia, acionista ou cotista, no país ou no exterior. A Coari é sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, no bairro do Leblon, na Rua Humberto de Campos, 425 – 8º andar.

A Coari possui através das subsidiárias Brasil Telecom S.A. (“BrT”) e 14 Brasil Telecom Celular S.A. (“BrT Celular”) prestação de serviços de telefonia fixa e móvel na Região II, respectivamente, bem como concessão para o serviço de LDI através da BrT.

As vigências dos contratos de concessão e das autorizações acima mencionadas se encontram divulgadas na Nota 3 (h) e Nota 18.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A autorização para a conclusão da preparação destas Informações Trimestrais ocorreu na reunião do Conselho de Administração do dia 12 de agosto de 2011.

2.1 Base de preparação

As Informações Trimestrais da Companhia foram preparadas para o período findo em 30 de junho de 2011 e estão de acordo com o IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 que tratam das demonstrações intermediárias.

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo.

Estas Informações Trimestrais não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Financeiras anuais, portanto, devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, arquivadas em 26 de março de 2011, as quais foram preparadas de acordo com o IFRS – “*International Financial Reporting Standards*” e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve mudanças nas práticas contábeis adotadas em 31 de dezembro de 2010, exceto pela descrita abaixo:

a) Reconhecimento de receita – programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”)

A controlada indireta BrT Celular implementou um programa de fidelização de clientes (“Oi Pontos”), no qual os clientes de telefonia móvel acumulam pontos através dos valores pagos por serviços de telefonia móvel, telefonia fixa, internet e TV, e podem trocá-los por pacotes de serviços de telefonia móvel, por eventos disponíveis no “experiências Oi” e/ou transferidos ao Programa

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Multiplus Fidelidade (parceiro da controlada indireta BrT Celular) para trocá-los por diversos outros benefícios do referido programa, tais como passagens aéreas, abastecimento nos postos de combustíveis da rede Ipiranga, entre outros.

As controlada indireta BrT Celular contabiliza os pontos concedidos no programa como um componente separadamente identificável da transação de venda em que os pontos são concedidos. O valor justo da contraprestação recebida ou a receber, com relação à venda inicial, é alocado entre os prêmios concedidos pelo programa. O valor alocado aos pontos é estimado com base no seu valor justo, ou seja, o valor pelo qual os créditos de prêmios podem ser vendidos separadamente. Tal valor é diferido e a receita relacionada é reconhecida somente quando os pontos são resgatados, expiram (prazo de 24 meses) e/ou são cancelados. O reconhecimento da receita é baseado no número de pontos que foram resgatados em troca de prêmios, bem como quando são cancelados ou expiram, em relação ao número total que se espera que seja resgatado. Tal programa começou a operar efetivamente no primeiro trimestre de 2011, sendo o saldo do passivo registrado na conta de receitas a apropriar.

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Informações Trimestrais, a Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos foram divulgadas nas Demonstrações Financeiras anuais da Companhia, acima mencionadas. No período findo em 30 de junho de 2011, não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pelas controladas da Companhia, além daquela mencionada na Nota 23, com relação as contingências trabalhistas.

Sazonalidade

A Companhia e suas controladas não possuem operações sazonais relevantes.

2.2 – Novos pronunciamentos de IFRS

No dia 12 de maio de 2011 o IASB publicou um pacote de cinco (denominado "*package of five*") normas novas ou revisadas, endereçando o tratamento contábil para consolidação, envolvimento em acordos conjuntos ("*joint arrangements*") e divulgação de envolvimento com outras entidades. Cada uma das novas normas é aplicável para períodos anuais que iniciam em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo sua aplicação antecipada permitida considerando que cada uma das normas no "*package of five*" seja também aplicada antecipadamente (a sua aplicação antecipada por entidades no Brasil em geral não é permitida até que essas normas sejam editadas na forma de CPCs e aprovadas pela CVM e/ou CFC). Entretanto, é permitida a incorporação nas Demonstrações

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Financeiras das divulgações exigidas pela IFRS 12, sem significar que a entidade aplicou antecipadamente essa norma e, conseqüentemente, cada uma das outras quatro normas editadas. Uma das modificações mais significativas é a edição da IFRS 11 – “*Joint Arrangements*”, que substitui a IAS 31, eliminando a opção existente nessa norma de contabilizar os investimentos em entidades controladas em conjunto pelo método da consolidação proporcional (mantendo somente o método da equivalência patrimonial, diferentemente do que é hoje exigido no Brasil pelo CPC 19). O “*package of five*” inclui as seguintes normas: IFRS 10 – “*Consolidated Financial Statements*”, IFRS 11 – “*Joint Arrangements*”, IFRS 12 – “*Disclosure of Interests in Other Entities*”, IAS 27 – “*Separate Financial Statements*”, IAS 28 – “*Investments in Associates and Joint Ventures*”. A Administração aplicará as determinações dos pronunciamentos aplicáveis a Companhia e suas controladas, após a edição destas normas pelo CPC e aprovação pela CVM.

No dia 12 de maio de 2011 o IASB publicou também a IFRS 13 – “*Fair Value Measurement*”, que substitui as orientações sobre mensurações pelo valor justo constantes na literatura das IFRS em uma única norma. Essa norma é resultante do esforço conjunto entre o IASB e o FASB para desenvolver uma única estrutura conceitual sobre “*fair value*” e desta forma o FASB também emitiu modificações nas suas orientações sobre valor justo constantes no ASC 820. Assim, as diferenças entre as IFRS e os US GAAP foram significativamente reduzidas (entre elas está o requerimento de divulgação da análise de sensibilidade para instrumentos financeiros, requerida pela IFRS 13 mas não requerida pelo ASC 820). A IFRS 13 define “*fair value*”, orienta sobre como determinar o “*fair value*” e requer certas divulgações sobre as mensurações a “*fair value*”. Entretanto, ela não introduz nenhum requerimento novo ou revisado sobre quais itens devem ser mensurados pelo valor justo ou quais devem ter o seu valor justo divulgado. A IFRS 13 é aplicável para períodos anuais que iniciam em ou após 1 de janeiro de 2013, sendo sua aplicação antecipada permitida (a sua aplicação antecipada por entidades no Brasil em geral não é permitida até que a norma seja editada na forma de CPC e aprovada pela CVM e/ou CFC). A Administração aplicará as determinações dos pronunciamentos aplicáveis a Companhia e suas controladas, após a edição destas normas pelo CPC e aprovação pela CVM.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Administração do risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas a expõem a uma variedade de riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria da Companhia, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A Política de Gestão de Riscos Financeiros ("Política") aprovada pelo Conselho de Administração, formaliza a gestão de exposição a fatores de risco de mercado gerados pelas operações financeiras das empresas do Grupo Oi. De acordo com a Política, os riscos de mercado são identificados com base nas características das operações financeiras contratadas e a contratar no ano fiscal em questão. Diversos cenários de cada um dos fatores de risco são então simulados através de modelos estatísticos, servindo de base para mensuração de impactos sobre o resultado financeiro do Grupo. Com base em tal análise, a Diretoria acorda anualmente com o Conselho de Administração, a Diretriz de Risco a ser seguida em cada ano fiscal. A Diretriz de Risco é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo, com 95% de confiança. Para o devido gerenciamento de riscos de acordo com a Diretriz de Risco, a área de tesouraria poderá contratar instrumentos de proteção, incluindo operações de derivativos como "swaps", termo de moedas e opções. A Companhia e suas controladas não utilizam derivativos para outros fins.

Com a aprovação da Política, foi criado o Comitê de Gestão de Riscos Financeiros, atualmente composto pelo Diretor Presidente, Diretor de Finanças, Diretor de Assuntos Regulatórios, Diretor de Auditoria Interna, Diretor de Planejamento e Desempenho, Diretor Tributário, Diretor de Controladoria e Diretor de Tesouraria.

De acordo com as suas naturezas, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante, no melhor julgamento, avaliar o potencial desses riscos. Assim, podem existir instrumentos financeiros com garantias ou sem garantias, dependendo de aspectos circunstanciais ou legais.

(a) Valor justo dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado ou de efetiva realização (valor justo), utilizando informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. A utilização de diferentes hipóteses para apuração do valor justo pode ter efeito material nos valores obtidos.

O método utilizado para o cálculo do valor justo dos instrumentos derivativos "swap" foi o dos fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, descontados às taxas de mercado vigentes na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2011.

Para títulos negociáveis em mercados ativos, o valor justo equivale ao valor da última cotação de fechamento disponível na data do encerramento do exercício multiplicado pelo número de títulos em circulação. Para contratos em que as condições de contratação atuais são semelhantes àquelas em que os mesmos se originaram ou que não apresentam parâmetros para cotação ou contratação, os valores justos são semelhantes aos valores contábeis.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Apresentamos a seguir os principais instrumentos financeiros ativos e passivos:

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		30/06/2011			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	195.229	195.229	1.998.442	1.998.442
Aplicações financeiras	Valor justo	2.998	2.998	806.931	806.931
Contas a receber	Custo amortizado			1.976.689	1.976.689
Créditos com empresas ligadas	Custo amortizado			2.055.844	2.174.364
Ações bonificadas a resgatar	Custo amortizado	740.221	740.221		
Passivos					
Fornecedores	Custo amortizado			1.473.810	1.473.810
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (*)	Custo amortizado	2.513	2.513	2.998.939	2.998.939
Debêntures	Custo amortizado			727.750	749.970
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado			56.528	56.528
Autorizações e concessões a pagar (**)	Custo amortizado			633.229	633.229
Ações bonificadas a resgatar	Custo amortizado			761.763	761.763

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Mensuração contábil	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
		31/12/2010			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo	376	376	3.217.313	3.217.313
Aplicações financeiras	Valor justo			832.077	832.077
Contas a receber	Custo amortizado			2.069.908	2.069.908
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado	239.106	239.106		
Créditos com empresas ligadas	Custo amortizado			1.911.134	2.042.397
Passivos					
Fornecedores	Custo amortizado			1.636.601	1.636.601
Empréstimos e financiamentos					
Empréstimos e financiamentos (*)	Custo amortizado	1.314	1.314	3.273.547	3.273.547
Debêntures	Custo amortizado			1.092.853	1.123.890
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo			70.719	70.719
Dividendos e juros sobre capital próprio	Custo amortizado			329.733	329.733
Autorizações e concessões a pagar (**)	Custo amortizado			756.631	756.631

(*) Parte substancial deste saldo são empréstimos e financiamentos com o BNDES, que não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

(**) As autorizações e concessões a pagar não possuem mercado, e por isso não são percebidos ajustes de valor justo.

Hierarquia do valor justo

O CPC 40 / IFRS 7 define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas à dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*inputs*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são determinados com base nos preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos idênticos na data da mensuração. Adicionalmente, a Companhia deve ter possibilidade de negociar nesse mercado ativo e o preço praticado não pode ser ajustado pela Companhia.

Nível 2 — Os “*inputs*” são outros que não sejam preços praticados conforme determinado pelo Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” inobserváveis são aqueles provenientes de pouca ou nenhuma atividade de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da administração da Companhia de como os participantes de mercado poderiam atribuir valor/preço esses ativos ou passivos. Geralmente, os ativos e passivos de Nível 3 são mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontados, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

De acordo com o CPC 40 / IFRS 7, a Companhia mensura seus equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo. Os equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são classificados como Nível 2, pois são mensurados utilizando preços de mercado para instrumentos similares.

As tabelas abaixo demonstram, de forma resumida, nossos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

Descrição	CONTROLADORA			
	30/06/2011	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	195.229		195.229	
Aplicações financeiras	2.998		2.998	
Total dos ativos	198.227		198.227	

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Descrição	CONSOLIDADO			
	30/06/2011	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	1.998.442		1.998.442	
Aplicações financeiras	806.931		806.931	
Total dos ativos	2.805.373		2.805.373	

Descrição	CONTROLADORA			
	31/12/2010	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	376		376	
Total dos ativos	376		376	

Descrição	CONSOLIDADO			
	31/12/2010	Valor de mercado para ativos idênticos (Nível 1)	Outros impactos significativos observáveis (Nível 2)	Outros impactos significativos não observáveis (Nível 3)
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.217.313		3.217.313	
Aplicações financeiras	832.077		832.077	
Total dos ativos	4.049.390		4.049.390	
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	70.719		70.719	
Total do passivo	70.719		70.719	

(b) Mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado

Na avaliação efetuada para fins de ajuste a valor presente dos ativos e passivos financeiros mensurados pelo método de custo amortizado, não foi constatada a aplicabilidade deste ajuste, destacando-se as seguintes razões:

- Contas a receber: curtíssimo prazo de vencimento das faturas.
- Fornecedores, dividendos e juros sobre o capital próprio: curto prazo para liquidação de todas as obrigações.
- Empréstimos e financiamentos: todas as transações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Autorizações e concessões a pagar: todas as obrigações advindas das aquisições de autorizações são atualizadas monetariamente pelos índices contratuais.

(c) Risco de taxa de câmbio

As controladas da Companhia possuem empréstimos e financiamentos contratados em moeda estrangeira. O risco vinculado a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de câmbio que possam aumentar os saldos dos mesmos. Os empréstimos sujeitos a esse risco representam cerca de 0,1% (31/12/2010 – 1,3%) do total dos passivos de empréstimos e financiamentos. Da parcela da dívida em moeda estrangeira 100,0% (31/12/2010 – 100,0%) está coberta por aplicações em moeda estrangeira.

Para as operações em moeda estrangeira (Iene) encerradas no primeiro trimestre as controladas da Companhia possuíam proteção na modalidade “*swap*” cambial. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção, na modalidade “*swap*” cambial foram registrados no resultado como ganho ou perda, de acordo com a situação de cada instrumento.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão resumidos a seguir:

	CONSOLIDADO					
	Indexador	Vencimento	Valor de referência (nacional)		Valor justo	
			30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Contratos de “<i>swap</i>”						
Posição ativa						
Moeda estrangeira – Iene (i)	VC + 1,9%	Mar/2011		54.111		44.396
Posição passiva						
Taxa de juros – CDI (i)	93,2% a 97,0% CDI	Mar/2011		(54.111)		(115.115)
Valor líquido						(70.719)

(i) “*Swap*” de Iene para CDI (“*plain vanilla*”)

Contraparte: Citibank, JP Morgan e Santander.

A controlada BrT contratou em 2004 operações de “*swap*” cambial (“*plain vanilla*”) para proteger o fluxo de caixa referente ao seu passivo denominado em Iene com vencimento final em março de 2011. De acordo com esses contratos, a BrT possuía posição ativa em Iene, acrescida de taxa pré-fixada, e posição passiva atrelada a um percentual da taxa de juros de um dia (CDI), protegendo, assim, contra o risco de variação cambial do Iene versus o Real, o que em termos efetivos representou uma troca do custo de Iene acrescido de 1,9% a.a. para uma taxa média ponderada de 95,9% do CDI no encerramento do contrato. As operações foram devidamente registradas na CETIP S.A. e foram encerrados com o vencimento de sua dívida lastro, em março de 2011.

No período findo em 30 de junho de 2011, foram registrados em resultado de operações de instrumentos financeiros derivativos uma perda de R\$ 2.434 (30/06/2010 – uma perda de R\$ 1.156) no consolidado (vide Nota 7).

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Análise de sensibilidade de risco cambial

Na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2011, a Administração estimou cenários de desvalorização do Real frente a outras moedas com base no Dólar (PTAX de venda) do encerramento do período. Para o cenário provável, foi utilizada a mesma taxa de Dólar do encerramento do período. A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenários de taxas de câmbio			
Descrição	Taxa		Desvalorização
	30/06/2011	31/12/2010	
<i>Cenário Provável</i>			
Dólar	1,5611	1,6662	0%
Iene		0,0203	0%
Cesta de Moedas		0,0334	0%
<i>Cenário Possível</i>			
Dólar	1,9514	2,0828	25%
Iene		0,0253	25%
Cesta de Moedas		0,0418	25%
<i>Cenário Remoto</i>			
Dólar	2,3417	2,4993	50%
Iene		0,0304	50%
Cesta de Moedas		0,0501	50%

Em 30 de junho de 2011, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros e principal de suas dívidas vinculadas a taxas de câmbio com base nas taxas de juros vigentes na data de encerramento do período e do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e nas taxas de câmbio apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros e principal seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. O impacto das desvalorizações hipotéticas do Real frente a outras moedas pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de desvalorização. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente dos passivos.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

CONSOLIDADO						
Operação	Risco individual	Fluxo futuro de pagamentos por período				
		Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
<i>Cenário Provável</i>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.101	520			1.621
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(54.087)				(54.087)
Total vinculado a taxas de câmbio		(52.986)	520			(52.466)
<i>Cenário Possível</i>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.376	650			2.026
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(67.609)				(67.609)
Total vinculado a taxas de câmbio		(66.233)	650			(65.583)
<i>Cenário Remoto</i>						
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.652	780			2.432
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(81.131)				(81.131)
Total vinculado a taxas de câmbio		(79.479)	780			(78.699)
<i>Impactos</i>						
Cenário Possível - Cenário Provável						
	Dólar	(13.247)	130			(13.117)
Cenário Remoto - Cenário Provável						
	Dólar	(26.493)	260			(26.233)

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O valor justo dos instrumentos financeiros sujeitos a risco de taxa de câmbio sofreriam os seguintes impactos nos cenários estimados:

CONSOLIDADO		
Impactos no valor justo dos instrumentos financeiros		
Operação	Risco	Saldo em 30/06/2011
<i>Cenário Provável</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	1.607
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(54.087)
Total vinculado a taxas de câmbio		(52.480)
<i>Cenário Possível</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.009
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(67.609)
Total vinculado a taxas de câmbio		(65.600)
<i>Cenário Remoto</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.411
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(81.131)
Total vinculado a taxas de câmbio		(78.720)
<i>Impactos</i>		
Cenário Possível - Cenário Provável		(13.120)
Dólar		(13.120)
Cenário Remoto - Cenário Provável		(26.240)
Dólar		(26.240)

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

CONSOLIDADO		
Impactos no valor justo dos instrumentos financeiros		
Operação	Risco	Saldo em 31/12/2010
<i>Cenário Provável</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	2.617
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(84.239)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	44.546
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(44.396)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	9.068
Total vinculado a taxas de câmbio		(72.404)
<i>Cenário Possível</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.271
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(105.299)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	55.683
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(55.495)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	11.335
Total vinculado a taxas de câmbio		(90.505)
<i>Cenário Remoto</i>		
Dívidas em Dólar	Alta do Dólar	3.926
Caixa em Dólar	Queda do Dólar	(126.359)
Dívidas em Iene	Alta do Iene	66.819
Derivativos (posição líquida - Iene)	Queda do Iene	(66.594)
Dívidas em Cesta de Moedas	Alta da Cesta de Moedas	13.602
Total vinculado a taxas de câmbio		(108.606)
<i>Impactos</i>		
Cenário Possível - Cenário Provável		(18.101)
Dólar		(20.406)
Iene		38
Cesta de Moedas		2.267
Cenário Remoto - Cenário Provável		(36.202)
Dólar		(40.811)
Iene		75
Cesta de Moedas		4.534

(d) Risco de taxa de juros**Ativos**

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos em fundos de investimento financeiro (FIF's), geridos exclusivamente para a controlada BrT e suas controladas e aplicações em carteira própria em títulos privados (CDB's pós-fixados), emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

Os créditos com empresas ligadas são debêntures privadas de emissão da Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") cuja remuneração é atrelada ao CDI.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos estão assim representados no balanço:

	CONSOLIDADO			
	30/06/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativos				
Equivalentes de caixa	1.892.785	1.892.785	3.086.764	3.086.764
Aplicações financeiras	806.931	806.931	832.077	832.077
Créditos com empresas ligadas	2.055.844	2.174.364	1.911.134	2.042.397
Total	4.755.560	4.874.080	5.829.975	5.961.238
Circulante	2.699.716	2.699.716	3.918.842	3.918.842
Não circulante	2.055.844	2.174.364	1.911.133	2.042.396

Passivos

A controlada BrT possui empréstimos e financiamentos em moeda nacional vinculados aos indexadores TJLP (Taxa de Juros em Longo Prazo) e CDI (Certificados de Depósito Interbancário).

Adicionalmente, a controlada BrT emitiu debêntures públicas, não conversíveis ou permutáveis em ações. Este passivo foi contratado a taxa de juros vinculada ao CDI, capitalizado de um "spread" de 3,5% a.a. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem aumentos nessas taxas. . A Companhia não possui operações de derivativos para proteção do seu passivo contra o risco de taxa de juros. Há um monitoramento contínuo das taxas de mercado com o propósito de avaliar a eventual contratação de instrumentos para proteção contra a variação dessas taxas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Administração considera que o risco mais relevante de variações nas taxas de juros advém do passivo vinculado ao CDI e à TJLP. O risco está associado à elevação dessas taxas.

Na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2011, a Administração estimou cenários de variação nas taxas DI e TJLP. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do período. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Cenários de taxas de juros					
Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
CDI	TJLP	CDI	TJLP	CDI	TJLP
12,15	6,00	15,19	7,50	18,23	9,00

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Em 30 de junho de 2011, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao CDI e à TJLP com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do Grupo Oi. O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

CONSOLIDADO						
Fluxo futuro de pagamentos de juros por período						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
<i>Cenário Provável</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	111.888	55.138			167.026
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	193.384	221.297	86.734	35.195	536.610
Total vinculado a taxas de juros		305.272	276.435	86.734	35.195	703.636
<i>Cenário Possível</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	131.190	65.459			196.649
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	198.634	258.430	108.231	66.283	631.578
Total vinculado a taxas de juros		329.824	323.889	108.231	66.283	828.227
<i>Cenário Remoto</i>						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	150.223	75.643			225.866
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	203.861	296.162	130.686	99.758	730.467
Total vinculado a taxas de juros		354.084	371.805	130.686	99.758	956.333
<i>Impactos</i>						
Cenário Possível - Cenário Provável		24.552	47.454	21.497	31.088	124.591
CDI		19.302	10.321			29.623
TJLP		5.250	37.133	21.497	31.088	94.968
Cenário Remoto - Cenário Provável		48.812	95.370	43.952	64.563	252.697
CDI		38.335	20.505			58.840
TJLP		10.477	74.865	43.952	64.563	193.857

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(e) Risco de crédito

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

(f) Risco de liquidez

A Administração utiliza o fluxo de caixa gerado a partir das operações e financiamentos externos para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, pagar dividendos, pagar dívidas e investir em novos negócios.

(g) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode reduzir as suas vendas futuras e afetar negativamente sua lucratividade. Além disso, os recursos necessários para cumprir com as obrigações de pagamento dos empréstimos tomados podem reduzir a quantia disponível para dispêndios de capital.

(h) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25 / IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação. Os detalhes desses riscos estão apresentados na Nota 23.

(i) Risco de aspecto regulatório

Embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do STFC. Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da controlada BrT.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Contratos de Concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela controlada BrT junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador. Entre outros pontos destacam-se:

- (i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, cujo primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;
- (ii) A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Em 30 de junho de 2011, a controlada BrT firmou junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC que serão imputadas para o período 2011 a 2015, para maiores detalhes vide Nota 30;
- (iii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- (iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;
- (v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis;
- (vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão; e
- (vii) As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação.

(j) Gestão de capital

A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em relação entre o endividamento financeiro e o capital próprio de acordo com melhores práticas de mercado.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

Os indicadores utilizados para mensurar a gestão da estrutura de capital são: Dívida Bruta sobre o EBITDA anual (sigla em inglês que representa o lucro líquido antes dos juros (resultado financeiro), impostos, depreciações e amortizações), Dívida líquida (dívida total menos o caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) sobre o EBITDA anual, índice de cobertura de juros, conforme abaixo:

Dívida Bruta/EBITDA..... entre 2x e 3x
Dívida Líquida/EBITDA entre 1,4 x e 2x
Índice de cobertura de juros (*) maior que 4
(*) Mede a capacidade da Companhia em cobrir suas obrigações futuras de juros.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	CONSOLIDADO	
	30/06/2011	30/06/2010
Receita bruta de vendas e/ou serviços	8.332.720	8.926.958
Deduções da receita bruta	(3.606.644)	(3.718.261)
Tributos	(1.719.171)	(1.852.888)
Outras deduções	(1.887.473)	(1.865.373)
Receitas de vendas e/ou serviços	4.726.076	5.208.697

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelas normas internacionais, apresenta a seguir, o detalhamento das despesas por natureza:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Depreciação e amortização			(1.756.584)	(1.997.054)
Serviços de terceiros			(1.088.681)	(1.058.936)
Interconexão			(862.760)	(997.462)
Pessoal	(66)	(77)	(400.522)	(385.438)
Aluguéis e seguros			(210.604)	(192.410)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(204.879)	(221.306)
Publicidade e propaganda			(77.416)	(67.595)
FISTEL			(75.928)	(57.242)
Meios de conexão			(41.274)	(53.050)
Materiais			(27.936)	(58.189)
Taxa de Prorrogação do Contrato de Concessão - ANATEL			(25.800)	(27.299)
Custo de aparelhos e outros			(13.459)	(29.969)
Outros custos e despesas	(67)	(66)	(6.233)	(14.903)
Total	(133)	(143)	(4.792.076)	(5.160.853)
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas			(3.496.610)	(3.892.369)
Comercialização dos serviços			(586.930)	(539.808)
Gerais e administrativas	(133)	(143)	(708.536)	(728.676)
Total	(133)	(143)	(4.792.076)	(5.160.853)

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Outras receitas operacionais				
Recuperação de tributos e Despesas recuperadas	5		61.840	26.938
Aluguel de infraestrutura operacional e outros			59.403	41.206
Dividendos prescritos			50.330	
Multas			46.639	46.924
Serviços técnicos e administrativos			33.677	32.267
Receitas na venda de imobilizado			9.745	34.070
Outras receitas			25.358	17.076
Total	5		286.992	198.481
Outras despesas operacionais				
Provisões/reversões			(293.695)	(345.049)
Tributos	(600)	(311)	(134.243)	(139.153)
Custas processuais			(24.986)	(22.826)
Participação de empregados e administradores			(18.328)	(39.222)
Baixa de imobilizado			(15.217)	(28.916)
Multas		(4)	(14.875)	(10.013)
Outras despesas			(17.097)	(12.718)
Total	(600)	(315)	(518.441)	(597.897)

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7. RESULTADO FINANCEIRO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	3.455		188.929	97.158
Juros, variações monetárias e outros sobre empréstimos a receber de empresas ligadas			144.710	105.452
Atualização monetária de depósitos judiciais			141.938	148.972
Juros e variações monetárias sobre outros ativos			33.926	40.741
Descontos financeiros obtidos			10.017	1.203
Outras receitas financeiras			1.435	11.330
Total	3.455		520.955	404.856
Despesas financeiras				
Reversão de atualização monetária sobre depósitos judiciais (i)			(198.853)	
Juros e variações monetárias sobre outros passivos			(169.657)	(121.807)
Atualização monetária de provisões			(136.325)	(140.759)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros			(119.905)	(131.355)
Juros sobre debêntures			(74.802)	(65.281)
Juros e comissões sobre empréstimos a pagar a empresas ligadas	(203)	(24)	(24.287)	(24)
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(284)	(4)	(3.518)	(384)
Operações com instrumentos financeiros derivativos			(2.434)	(1.156)
Variação monetária e cambial sobre empréstimos a pagar a terceiros			169	(21.891)
Outras despesas financeiras			(29.707)	(29.275)
Total	(487)	(28)	(759.319)	(511.932)
Total de receitas (despesas) financeiras, líquidas	2.968	(28)	(238.364)	(107.076)

- (i) No primeiro trimestre de 2011 a controlada BrT revisou o cálculo da estimativa de atualização monetária sobre depósitos judiciais, resultando em uma reversão da atualização monetária nos montantes apresentados.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro				
Tributos correntes	(750)		(113.197)	(161.721)
Tributos diferidos			295.389	327.700
Total	(750)		182.192	165.979

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(176.535)	(144.453)	(535.813)	(458.648)
Resultado das empresas não-sujeitas ao cálculo de IR/CSLL			(1.875)	(2.787)
Total do resultado tributado	(176.535)	(144.453)	(537.688)	(461.435)
IRPJ E CSLL				
IRPJ + CSLL sobre o resultado tributado	60.022	49.114	182.814	156.888
Equivalência patrimonial	(60.784)	(48.949)		
Exclusões (adições) permanentes (i)	12		(558)	23.012
Compensação de prejuízos fiscais/base negativa da CSLL				13.596
Ativo fiscal diferido não constituído (ii)		(165)	(64)	(27.517)
Efeito de IRPJ/CSLL na demonstração de resultado	(750)		182.192	165.979
Alíquota efetiva	(0,42%)	0,00%	33,88%	35,97%

- (i) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes são: multas indedutíveis e patrocínios.
- (ii) Resultado de controladas que não constituem IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, por não apresentarem expectativa de realização.

As Informações Trimestrais findas em 30 de junho de 2011 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da administração e, no que se refere ao tratamento tributário, contemplam os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos períodos findos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, são classificados como mantidos para negociação e são mensurados pelos respectivos valores justos.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Caixa e contas bancárias	398	376	105.657	130.549
Equivalentes de caixa	194.831		1.892.785	3.086.764
Total	195.229	376	1.998.442	3.217.313

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Fundos de investimentos exclusivos	194.831		1.654.484	2.778.089
CDB – Certificado de Depósito Bancário			200.195	234.577
Investimentos no exterior			38.106	74.098
Equivalentes de caixa	194.831		1.892.785	3.086.764

(b) Aplicações financeiras

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Fundos de investimentos exclusivos	2.998		794.216	832.077
Títulos privados			12.715	
Aplicações financeiras	2.998		806.931	832.077
Circulante	2.998		794.216	832.077
Não circulante			12.715	

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos exclusivos

Todos os fundos de investimento nos quais a Coari e suas controladas aplicam recursos são fundos exclusivos do grupo, dos quais, em 30 de junho de 2011, a Coari possui aproximadamente 8% (31/12/2010 – 0%), a controlada BrT possui aproximadamente 3% (31/12/2010 – 62%), a controlada BrT Celular 60% (31/12/2010 – 22%), e as demais controladas 29% (31/12/2010 – 16%) de participação nas quotas destes fundos.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As carteiras dos fundos exclusivos são compostas dos títulos demonstrados no quadro abaixo que apresentam os saldos dos fundos consolidados:

	Saldos consolidados dos fundos de investimentos exclusivos	
	30/06/2011	31/12/2010
Operações compromissadas	1.500.912	2.658.069
Títulos privados	139.005	119.466
Outros	14.567	554
Títulos classificados em equivalentes de caixa	1.654.484	2.778.089
Títulos públicos	781.576	811.447
Títulos privados	12.640	20.630
Títulos classificados em aplicações financeiras de curto prazo	794.216	832.077
Total aplicado em fundos exclusivos	2.448.700	3.610.166

As controladas da Companhia possuem aplicações financeiras em fundos de investimentos exclusivos no Brasil e no exterior, que possuem como objetivo remunerar o caixa, tendo como “*benchmark*”, o CDI no Brasil e a LIBOR no exterior.

10. CONTAS A RECEBER

	CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
Serviços faturados	1.712.031	1.757.622
Serviços a faturar	859.205	855.575
Aparelhos e acessórios vendidos	18.295	23.449
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(612.842)	(566.738)
Total	1.976.689	2.069.908
A faturar	859.205	855.575
A vencer	651.013	707.235
A receber de outros provedores	283.529	310.636
Vencidas até 30 dias	337.948	332.224
Vencidas de 31 a 60 dias	115.790	111.079
Vencidas de 61 a 90 dias	73.807	84.230
Vencidas de 91 a 120 dias	63.982	63.815
Vencidas a mais de 120 dias	204.257	171.852
Total	2.589.531	2.636.646

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes da Companhia são as seguintes:

	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2010	(566.738)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(204.879)
Contas a receber de clientes baixadas como incobráveis	158.775
Saldo em 30/06/2011	(612.842)

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11. CRÉDITOS ENTRE EMPRESAS LIGADAS

	CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
Debêntures privadas – principal	1.500.000	1.500.000
Juros sobre debêntures privadas	555.844	411.134
Total	2.055.844	1.911.134
Não circulante	2.055.844	1.911.134

Debêntures privadas de emissão da TMAR

Direitos da BrT, adquiridos por incorporação

Os direitos da BrT referem-se à subscrição pela incorporada BrT Part, em 17 de fevereiro de 2009, de 11.648 debêntures não conversíveis em ações, emitidas pela controladora indireta TMAR, pelo valor nominal unitário de R\$ 103, importando no montante de R\$ 1.200.000. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, marcado para o dia 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de um “*spread*” de 4,0% a.a. e seu recebimento coincide com a data de vencimento das debêntures. Em 31 de dezembro de 2010 a BrT transferiu o direito sobre as referidas debêntures para a BrT Celular, como integralização parcial do aumento de capital realizado nesta controlada.

Subscrição pela BrT Celular

A BrT Celular subscreveu em 12 de março de 2009, 2.885 debêntures não conversíveis em ações, emitidas pela TMAR, pelo valor nominal unitário de R\$ 104, importando no montante de R\$ 300.000. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, marcado para a data de 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de 4,0% a.a. e seu recebimento coincide com a data de vencimento das debêntures.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Ativo			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	85		24.487	193.070
CS a recuperar (i)	34		71.432	71.673
IRRF/CSLL – Impostos retidos na fonte (iii)	222		90.458	70.211
Circulante	341		186.377	334.954
Tributos diferidos a recuperar				
IR sobre diferenças temporárias (ii)			1.406.130	1.445.763
CS sobre diferenças temporárias (ii)			462.142	457.329
IR sobre prejuízos fiscais (ii)			638.058	600.424
CS sobre base negativa (ii)			228.438	229.533
Provisão para perda de recuperabilidade (ii)			(5.368)	(5.304)
Outros tributos diferidos (iii)		26.848	161.185	108.884
Não circulante		26.848	2.890.585	2.836.629
Adições temporárias por natureza:			1.868.272	1.903.092
Provisões			1.488.776	1.448.449
Provisões de impostos e contribuições com exigibilidade suspensa (Principal)			148.209	182.538
Provisões para fundos de pensão			201.563	221.999
Provisões para créditos de liquidação duvidosa			208.269	192.828
Variações cambiais			(56.872)	(39.663)
Provisões diversas			(142.485)	(137.540)
Convergência ao IFRS - RTT				
Subsídios e Fistel			10.238	11.994
Provisão para desmobilização de ativos			3.337	10.094
Reconhecimento de receita			6.197	12.393
Outros			1.040	

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Passivo			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Tributos correntes a recolher				
Imposto de renda a pagar	548	40.174	70.026	185.306
Contribuição social a pagar	202	14.472	27.578	66.184
Circulante	750	54.646	97.604	251.490
Tributos diferidos a recolher				
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Lei nº 8.200/1991				5.418
Imposto de renda e contribuição social diferidos – RTT (*)			2.986.970	3.275.285
Não circulante			2.986.970	3.280.703

(*) Compõe-se substancialmente dos efeitos tributários sobre os ajustes a valor justo dos ativos imobilizado e intangível reconhecidos na aquisição da BrT.

- (i) Referem-se a pagamentos realizados, calculados com estimativas legais, que serão compensados com obrigações fiscais futuras.
- (ii) A Companhia e suas controladas registram seus créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social. Conforme estudo técnico aprovado pelos órgãos da administração da BrT, submetido à aprovação do Conselho Fiscal, a geração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, ajustados a valor presente, será suficiente para absorver esses créditos tributários como segue no quadro abaixo. A BrT e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente.

Para as controladas diretas e indiretas que não apresentaram histórico de rentabilidade e ou expectativa de geração de lucros tributáveis suficientes nos próximos dez anos, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como os créditos tributários sobre diferenças temporárias. Os créditos não reconhecidos contabilmente totalizaram R\$ 63.112 (31/12/2010 - R\$ 56.906).

- (iii) A Companhia e suas controladas registram créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, mútuo, dividendos e outros que são utilizados como dedução nas apurações dos períodos.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A seguir estão apresentados os prazos de expectativa de realização dos ativos de tributos diferidos, líquidos da provisão reconhecida:

	CONSOLIDADO
2011	142.524
2012	508.672
2013	582.670
2014	632.437
2015	345.432
De 2016 a 2018	460.259
De 2019 a 2021	57.406
Total	2.729.400
Não circulante	2.729.400

- (iii) Referem-se principalmente a antecipações realizadas em anos anteriores, os quais serão compensados com tributos federais futuros.

13. OUTROS TRIBUTOS

	Ativo	
	CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
ICMS a recuperar (i)	674.309	496.577
PIS e COFINS	82.874	84.178
Outros	10.024	8.970
Total	767.207	589.725
Circulante	595.582	416.674
Não circulante	171.625	173.051

	Passivo			
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
ICMS			658.391	596.297
ICMS Convênio nº 69/1998			37.100	31.788
PIS e COFINS		16.556	806.912	704.844
FUST/FUNTEL/Radio fusão			186.440	178.843
Outros			26.924	53.785
Total		16.556	1.715.767	1.565.557
Circulante		16.556	1.159.832	872.846
Não circulante			555.935	692.711

- (i) O ICMS a recuperar é decorrente, em sua maior parte, das antecipações e dos créditos constituídos na aquisição de bens do imobilizado, cuja compensação com as obrigações fiscais desse imposto ocorre em até 48 meses, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
Cíveis	4.654.975	4.376.651
Trabalhistas	756.163	636.118
Tributárias	665.429	637.167
Total	6.076.567	5.649.936
Circulante	1.470.051	1.383.914
Não circulante	4.606.516	4.266.022

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

15. DEMAIS ATIVOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Ações bonificadas a resgatar	740.221			
Taxa Fistel de manutenção (i)			86.054	
Valores a receber			83.971	52.224
Adiantamento e valores a recuperar de fornecedor			74.620	126.015
Publicidade e propaganda e patrocínio			24.924	9.560
Aluguel de faixa de domínio, circuitos e outros			19.461	3.043
Manutenção de softwares			18.641	7.068
Adiantamentos a empregados			13.969	24.447
Fiança bancária			11.506	
Editoração de listas telefônicas			5.863	8.218
Seguros			3.111	4.173
Outros			23.379	22.710
Total	740.221		365.499	257.458
Circulante	740.221		320.943	218.011
Não circulante			44.556	39.447

- (i) Taxa do FISTEL – Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, paga a ANATEL com a finalidade de cobrir os gastos necessários ao exercício da atividade de fiscalização do setor de telecomunicações, em conformidade com a legislação aplicável, é registrada como despesa antecipada e tem sua apropriação mensal ao resultado ao longo do ano.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16. INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Participações avaliadas pela equivalência patrimonial	15.447.002	16.365.998		
Participações avaliadas pelo custo de aquisição			5.168	5.199
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas			3.056	130
Outros investimentos			41	41
Total	15.447.002	16.365.998	8.265	5.370

Resumo das movimentações dos saldos de investimento

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2010	16.365.998	5.370
Equivalência patrimonial	(178.775)	
Ações bonificadas a resgatar	(740.221)	
Incentivos fiscais, líquidos das provisões para perdas		2.927
Outros		(32)
Saldo em 30/06/2011	15.447.002	8.265

Os principais dados relativos às participações avaliadas pelo método de equivalência patrimonial são os seguintes:

			CONTROLADORA			
			30/06/2011			
			Quantidade em milhares		Participação - %	
			Ações		Participação - %	
Controladas	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Ordinárias	Preferenciais	Capital total	Capital votante
BrT (i)	10.301.571	467.067	161.990	128.675	48,2	79,63
Copart 3	(2)		799		100	100

	CONTROLADORA					
	Equivalência patrimonial		Valor do investimento		Provisão para passivo a descoberto	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
BrT (i)	(178.775)	(143.967)	16.187.223	16.365.998		
Copart 3 (ii)					(2)	(2)
Total	(178.775)	(143.967)	16.187.223	16.365.998	(2)	(2)

- (i) Exceto pela mensuração da participação nos ativos líquidos na combinação de negócios (Nota 1(a)), a equivalência patrimonial na BrT é calculada pelo percentual de participação direta obtido após exclusão das ações mantidas em tesouraria, sendo de 49,28% na Coari.

Para efeito de cálculo da equivalência patrimonial, a Companhia ajusta os ativos, passivos e movimentações do patrimônio líquido e no resultado da BrT ao valor justo. O quadro abaixo demonstra os ajustes efetuados ao lucro líquido dos exercícios.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	30/06/2011	30/06/2010
Lucro líquido da BrT	467.067	725.008
Ajustes a valor justo	(822.130)	(1.017.132)
Lucro líquido ajustado	(355.063)	(292.124)

Em 30 de junho de 2011, o valor de mercado do investimento na BrT é de R\$ 4.692.055 (31/12/2010 – R\$ 4.029.027) e foi calculado com base na cotação de fechamento do último dia do período findo em 30 de junho de 2011.

- (ii) Conforme definido no art. 12 da Instrução CVM nº 247/1996, é constituída provisão no passivo circulante para fazer face à cobertura de passivo a descoberto de controladas.

17. IMOBILIZADO

	CONSOLIDADO						
	Obras em andamento	Equipamentos de comutação automática	Equipamentos de transmissão e outros ⁽¹⁾	Infra-estrutura	Prédios	Outros ativos	Total
Custo do imobilizado (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2010	738.062	1.495.659	8.089.588	1.845.163	1.394.144	610.224	14.172.840
Adições	412.382	28	80.709	6.950		8.874	508.943
Baixas	(8.914)	(5.328)	(21.051)	(3.373)	(706)	(2.081)	(41.453)
Transferências	(388.862)	29.289	269.112	56.003	1.057	27.349	(6.052)
Saldo em 30/06/2011	752.668	1.519.648	8.418.358	1.904.743	1.394.495	644.366	14.634.278
Depreciação acumulada							
Saldo em 31/12/2010		(588.747)	(3.034.186)	(575.940)	(471.585)	(228.699)	(4.899.157)
Despesas de depreciação		(132.804)	(694.021)	(140.777)	(99.766)	(48.528)	(1.115.896)
Baixas		4.675	16.510	2.362	249	1.739	25.535
Transferências				22		3.534	3.556
Saldo em 30/06/2011		(716.876)	(3.711.697)	(714.333)	(571.102)	(271.954)	(5.985.962)
Imobilizado líquido							
Saldo em 31/12/2010	738.062	906.912	5.055.402	1.269.223	922.559	381.525	9.273.683
Saldo em 30/06/2011	752.668	802.772	4.706.661	1.190.410	823.393	372.412	8.648.316
Taxa anual de depreciação (média)		10,01%	10,01%	5,81%	4,08%	12,41%	

(1) Os equipamentos de transmissão e outros incluem equipamentos de transmissão e comunicação de dados.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Informações adicionais

De acordo com os contratos de concessão da ANATEL, todos os bens integrantes do patrimônio da controlada BrT, que sejam indispensáveis à prestação de serviços autorizados nos referidos contratos são denominados reversíveis, e integram o custo da concessão. Esses bens são revertidos à ANATEL ao término dos Contratos de Concessão não renovados.

Em 30 de junho de 2011, o saldo residual dos bens reversíveis de acordo com os registros contábeis da controlada BrT é de R\$ 3.115.300 (31/12/2010 – R\$ 3.292.438), composto por bens e instalações em andamento, equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

No período findo em 30 de junho de 2011, foram capitalizados encargos financeiros e custos de transação às obras em andamento no montante de R\$ 33.787 (30/06/2010 - R\$ 21.182) no consolidado, na taxa média de 11,17%.

A Companhia e suas controladas não possuem contratos de arrendamento mercantil operacional, cujos riscos e benefícios inerentes à propriedade dos ativos permanecem com o arrendador.

18. INTANGÍVEL

	CONSOLIDADO						
	Intangível em formação	Sistemas de processamento de dados	Licenças regulatórias	Marcas e patentes	Carteiras de clientes	Outros	Total
Custo do intangível (valor bruto)							
Saldo em 31/12/2010	152.123	1.044.712	15.222.332	115.777	381.515	42.383	16.958.842
Adições			1.073			258	1.331
Transferências	(5.418)	11.827				83	6.492
Saldo em 30/06/2011	146.705	1.056.539	15.223.405	115.777	381.515	42.724	16.966.665
Amortização acumulada							
Saldo em 31/12/2010		(590.357)	(1.829.501)		(292.494)	(13.912)	(2.726.264)
Despesas de amortização		(107.347)	(437.075)		(76.303)	(19.964)	(640.689)
Saldo em 30/06/2011		(697.704)	(2.266.576)		(368.797)	(33.876)	(3.366.953)
Intangível líquido							
Saldo em 31/12/2010	152.123	454.355	13.392.831	115.777	89.021	28.471	14.232.578
Saldo em 30/06/2011	146.705	358.835	12.956.829	115.777	12.718	8.848	13.599.712
Taxa anual de amortização (média)		19,99%	5,88%			19,45%	

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Licenças regulatórias

	CONSOLIDADO		
	Assinatura do termo	Prazo do termo	Custo de aquisição
Concessão / Autorização			
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	18/12/2002	17/12/2017	191.502
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (2G)	03/05/2004	22/12/2017	28.624
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (Banda H)	26/05/2011	30/04/2023	1.073
Radiofrequências e SMP BrT Celular Região 2 (3G)	29/04/2008	30/04/2023	488.235
Custos de transação capitalizados às autorizações BrT Celular			81.523
Outras licenças			93.967
Valor justo das licenças STFC da BrT			10.637.538
Valor justo das licenças SMP da BrT Celular			3.700.943
Total			15.223.405

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
(Inclui debêntures)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Financiamentos			2.935.931	3.236.944
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos			72.430	49.634
Debêntures			720.360	1.080.000
Juros provisionados sobre debêntures			8.545	12.853
Empréstimos (mútuos com empresas ligadas)	2.513	1.314	2.513	1.314
Custo de captação incorrido			(13.090)	(14.345)
Total	2.513	1.314	3.726.689	4.366.400
Circulante			1.039.312	1.044.226
Não circulante	2.513	1.314	2.687.377	3.322.174

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Empréstimos e financiamentos por natureza

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO			
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	TIR %	Vencimentos
BNDES			2.310.019	2.588.066		
Moeda nacional			2.310.019	2.578.998	9,56%	Fev/2011 à Dez/2018
Cesta de moedas, incluindo Dólar				9.068	2,81%	Abr/2011
Debêntures públicas			728.905	1.092.853	13,67%	Jun/2013
Instituições financeiras			697.995	698.080		
Moeda nacional			696.735	651.349	11,77%	Abr/2011 à Dez/2033
Moeda estrangeira			1.260	46.731	2,24%	Jul/2010 à Fev/2014
Mútuo com empresas ligadas – moeda nacional	2.513	1.314	2.513	1.314	11,90%	Dez/2011
Fornecedores – moeda estrangeira			347	432	4,20%	Fev/2014
Subtotal	2.513	1.314	3.739.779	4.380.745		
Custo de captação incorrido			(13.090)	(14.345)		
Total	2.513	1.314	3.726.689	4.366.400		

Custos de transações por natureza

	CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
Instituições financeiras	10.119	10.930
Moeda nacional	10.119	10.492
Moeda estrangeira		438
Debêntures públicas	1.155	1.444
BNDES	1.816	1.971
Moeda nacional	1.816	1.971
Total	13.090	14.345
Circulante	1.679	2.070
Não circulante	11.411	12.275

Composição da dívida por moeda / indexador

	CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
TJLP	2.204.251	2.473.216
CDI	731.417	1.094.167
IPCA	582.505	547.450
Taxa pré-fixada	153.630	163.734
INPC	66.369	45.948
Ienes		44.546
UMBNDDES – Cesta de moedas do BNDES		9.068
Dólar Norte-Americano	1.607	2.616
Custos de captação incorridos	(13.090)	(14.345)
Total	3.726.689	4.366.400

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos

A controlada BrT possui contrato de mútuo com a subsidiária BrT Celular, firmado em 14 de dezembro de 2009, com remuneração correspondente à taxa de 115% do CDI. No período findo em 30 de junho de 2011 houve a captação de R\$ 768.750.

Durante o período findo em 30 de junho de 2011, foram amortizadas parcelas de principal mais os juros atualizados, no montante total de R\$ 392.982, dos contratos de financiamento contratados pelas controladas BrT e BrT Celular junto ao BNDES, em fevereiro de 2008 e novembro de 2006, no montante de R\$ 259 milhões e R\$ 2 bilhões, respectivamente. As condições contratuais estão divulgadas nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

Debêntures públicas

Em 1 de junho de 2006, a controlada BrT realizou sua quarta emissão pública de 108.000 debêntures não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10, perfazendo o total de R\$ 1.080 milhão. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1 de junho de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de um “spread” de 3,5% a.a. e sua periodicidade de pagamento é semestral. A amortização, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1 de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. Em junho de 2011 foi amortizada a primeira parcela de principal mais os juros atualizados no montante total de R\$ 564.696.

Cronograma de pagamento

A dívida de longo prazo está programada para ser paga nos seguintes exercícios:

	CONSOLIDADO
	30/06/2011
2012	358.970
2013	1.011.225
2014	393.814
2015	203.228
2016	199.271
2017 e exercícios seguintes	532.280
Total	2.698.788

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os custos de transação serão apropriados aos resultados dos exercícios subsequentes, como segue:

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

	CONSOLIDADO
	30/06/2011
2012	(858)
2013	(1.512)
2014	(1.236)
2015	(1.251)
2016	(1.286)
2017 e exercícios seguintes	(5.268)
Total	(11.411)

Garantias

Os financiamentos do BNDES possuem garantias em recebíveis das controladas BrT e BrT Celular e aval das controladoras no montante de R\$ 2.310.019 (31/12/2010 – R\$ 2.588.066).

Certos empréstimos e financiamentos contraídos estão garantidos por cauções de direitos creditórios provenientes da prestação de serviços de telefonia fixa, avais, fianças da TNL e TMAR.

As debêntures públicas possuem garantia fidejussória, por meio de fiança prestada pela TNL.

“Covenants”

As controladas BrT e BrT Celular possuem obrigações no cumprimento de índices financeiros (“covenants”) nos contratos de financiamento junto ao BNDES, outras instituições financeiras e na emissão de Debêntures. A apuração dos índices financeiros é feita trimestralmente (em março, junho, setembro e dezembro), exceto nos contratos com o BNDES que é realizada semestralmente (em junho e dezembro).

Especificamente nos contratos com o BNDES, os índices financeiros são apurados com base nas informações contábeis/financeiras consolidadas da Interviente Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”).

No fechamento das Informações Trimestrais findas em 30 de junho de 2011 todos os índices foram cumpridos.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
Passivos		
Swaps de moeda cruzada- Iene x CDI		70.719
Total		70.719
Circulante		70.719

A controlada BrT possuía proteção na modalidade “*swap*” cambial para as operações em moeda estrangeira (Iene), que foram encerradas no primeiro trimestre de 2011. Os efeitos positivos ou negativos não realizados nas operações de proteção, na modalidade “*swap*” cambial foram registrados no resultado como ganho ou perda, de acordo com a situação de cada instrumento (Nota 7).

21. AUTORIZAÇÕES E CONCESSÕES A PAGAR

	CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
SMP	633.229	696.159
Concessões do STFC		56.759
Outras autorizações		3.713
Total	633.229	756.631
Circulante	115.291	183.627
Não circulante	517.938	573.004

Correspondem aos valores a pagar à ANATEL pelas outorgas de radiofrequência e autorizações de prestação de SMP e concessões de serviços STFC, obtidas através de leilões. No período não ocorreram novas aquisições.

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONSOLIDADO
2012	115.291
2013	129.240
2014	129.403
2015	129.403
2016	129.403
2017	163
2018	163
2019	163
Total	633.229

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL**Parcelamento instituído pela Lei 11.941/2009**

A controlada BrT e algumas de suas controladas aderiram ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.

Conforme previsto no art. 1, V, § 9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os refinanciamentos foram pactuados em 180 meses. Conforme previsto na legislação de regência e nas portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao Programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. As controladas da Companhia formalizaram junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, dentro do prazo estabelecido pelas portarias conjuntas editadas pelos referidos órgãos, a consolidação dos débitos incluídos nas diversas modalidades do parcelamento da Lei nº 11.941/2009. Os débitos encontram-se em consolidação pela Receita Federal do Brasil. Com a adesão, os depósitos judiciais relacionados aos processos transferidos para o novo parcelamento serão convertidos, na forma da legislação aplicável, em renda para a União.

Os valores dos parcelamentos são compostos como segue:

	CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
REFIS II - PAES	4.336	4.336
Parcelamento da Lei nº 11.941/2009	446.497	425.626
Total	450.833	429.962
Circulante	37.778	35.046
Não circulante	413.055	394.916

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os valores do novo parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009 segregados em principal, multas e juros são compostos como segue:

	CONSOLIDADO				
				30/06/2011	31/12/2010
	Principal	Multas	Juros	Total	Total
COFINS	163.911	13.487	61.304	238.702	227.671
CPMF	173	66	268	507	484
Imposto de renda	67.363	5.407	31.387	104.157	99.302
Contribuição social	16.978	1.802	9.159	27.939	26.577
INSS – SAT	6.685	3.444	18.402	28.531	27.216
PIS	35.040	2.809	12.505	50.354	48.125
Outros	341	27	275	643	587
Total	290.491	27.042	133.300	450.833	429.962

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

	CONSOLIDADO
2011	16.906
2012	33.812
2013	33.812
2014	33.812
2015 a 2017	101.437
2018 a 2020	101.437
2021 a 2023	101.437
2024 e exercícios seguintes	28.180
Total	450.833

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23. PROVISÕES**Composição do saldo**

	Natureza	CONSOLIDADO	
		30/06/2011	31/12/2010
	Trabalhista		
(i)	Horas extras	287.813	232.483
(ii)	Diferenças salariais	152.458	122.016
(iii)	Adicionais diversos	131.675	121.886
(iv)	Subsidiariedade	91.142	84.244
(v)	Verbas rescisórias	80.509	82.779
(vi)	Estabilidade / Reintegração	74.489	79.920
(vii)	Indenizações	71.341	67.885
(viii)	Complemento de aposentadoria	51.064	47.368
(ix)	FGTS	33.736	31.459
(x)	Multas trabalhistas	4.957	4.242
(xi)	Honorários advocatícios/periciais	2.276	1.375
(xii)	Vínculo empregatício	2.081	3.742
(xiii)	Demais ações	60.251	57.814
	Total	1.043.792	937.213
	Tributária		
(i)	ICMS	280.915	254.917
	ISS	8.585	8.006
(ii)	FUST	4.361	4.164
(ii)	INSS (responsabilidade solidária, honorários e verbas indenizatórias)	314	972
	Demais ações	6.571	5.823
	Total	300.746	273.882
	Cível		
(i)	Societário	2.397.544	2.415.967
(ii)	Estimativas ANATEL	162.600	160.640
(iii)	Juizado Especial	123.684	120.355
(iv)	Multas ANATEL	96.267	79.455
(v)	Demais ações	352.252	309.355
	Total	3.132.347	3.085.772
	Total das provisões	4.476.885	4.296.867
	Circulante	1.266.517	1.236.971
	Não circulante	3.210.368	3.059.896

Detalhamento dos processos por natureza de risco (consolidado)

Risco	30/06/2011			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Provisões	1.043.792	300.746	3.132.347	4.476.885
Passivos contingentes	2.731.544	2.990.341	800.680	6.522.565

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Risco	31/12/2010			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Provisões	937.213	273.882	3.085.772	4.296.867
Passivos contingentes	2.205.808	2.435.016	779.905	5.420.729

Resumo das movimentações dos saldos de provisões:

	CONSOLIDADO			
	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldo em 31/12/2010	937.213	273.882	3.085.772	4.296.867
Atualização monetária	62.814	29.256	44.255	136.325
Adições, líquidas de reversões	78.184	13.108	202.403	293.695
Baixas por pagamentos / encerramentos	(34.419)	(15.500)	(200.083)	(250.002)
Saldo em 30/06/2011	1.043.792	300.746	3.132.347	4.476.885

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes**Provisões****Trabalhista**

- (i) Horas extras – referem-se ao pleito de pagamento salarial e de adicional em razão de labor supostamente desempenhado além da jornada ordinariamente contratada;
- (ii) Diferenças salariais e reflexos – referem-se, principalmente, a pedidos de incidência de aumentos salariais decorrentes de negociações sindicais supostamente descumpridas. Já os reflexos dizem respeito à repercussão do aumento salarial supostamente devido nas demais verbas calculadas com base no salário do empregado;
- (iii) Adicionais diversos – referem-se ao pleito de percepção de adicional de periculosidade, com base na Lei nº 7.369/1985, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/1986, em razão de suposto risco por contato do empregado com sistema elétrico de potência, adicional de insalubridade, sobreaviso, adicional de transferência;
- (iv) Responsabilidade solidária/subsidiária – refere-se a pedido de responsabilização da Companhia, feito por empregados de terceiros, em razão de suposta inobservância de seus direitos trabalhistas por seus empregadores diretos;
- (v) Verbas rescisórias – referem-se a verbas supostamente não adimplidas na rescisão contratual ou suas diferenças;
- (vi) Estabilidade/Reintegração – refere-se ao pleito decorrente de suposta inobservância de condição especial do empregado, garantidora da impossibilidade de rescisão de contrato de trabalho sem justa causa;
- (vii) Indenizações – referem-se a valores supostamente decorrentes de acidente de trabalho, veículos locados, doença do trabalho, dano moral e estabilidade provisória;

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- (viii) Complemento de aposentadoria – diferenças supostamente devidas no salário de benefício referente a verbas trabalhistas;
- (ix) Complemento de multa FGTS – decorrente de expurgos inflacionários, refere-se a pedidos de complementação da indenização da multa de FGTS, em razão da recomposição das contas desse fundo por expurgos inflacionários.

A controlada BrT ingressou com ação judicial contra a Caixa Econômica Federal, no intuito de assegurar o ressarcimento de todos os valores que forem pagos a esse título;
- (x) Multas trabalhistas - valores decorrentes do atraso ou não pagamento de determinadas verba do contrato de trabalho, nos prazos previstos nas legislações vigentes e acordos e convenções coletivas;
- (xi) Honorários advocatícios/periciais - parcelas pagas nos processos aos advogados que patrocinam os reclamantes, bem como os peritos nomeados pelo Juízo, quando faz-se necessário, para a instrução processual, de prova técnica pericial;
- (xii) Vínculo empregatício - reclamações de ex-empregados de empresas terceirizadas requerendo o reconhecimento do vínculo empregatício direto com a Companhia e suas controladas, sob o fundamento de terceirização ilícita e/ou configuração dos elementos do vínculo, como subordinação direta;
- (xiii) Demais ações - refere-se a questionamentos diversos relativos a pedidos de readmissão, participação nos resultados, integração de salário, entre outros.

No primeiro trimestre de 2011, a controlada BrT concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela TMAR. A metodologia considerada anteriormente pela controlada BrT tinha como base atribuir às causa os valores informados por seus consultores jurídicos externos e o modelo que passou a ser adotado considera a média dos valores históricos em processos de mesma natureza. Como consequência, a Companhia reconheceu efeitos no resultado consolidado de R\$ 53.074, contabilizado como outras despesas operacionais na conta “Provisões/reversões” e R\$ 63.566, contabilizado como despesas financeiras na conta “Atualização monetária de provisões”.

Tributária

- (i) Tributos estaduais – exigência de ICMS sobre operações que, no entendimento da Companhia, não são passíveis de tributação por este imposto. Discussões sobre créditos de ICMS tomados pela controlada BrT, cuja validade ou legalidade é contestada pelos Fiscos Estaduais.
- (ii) Tributos federais – autuações diversas que exigem impostos e contribuições federais sobre fatos qualificados de forma supostamente inadequada pela controlada BrT ou sobre diferenças na apuração e cálculos destes tributos.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Cível

- (i) Societário – Contratos de Participação Financeira – os contratos de participação financeira surgiram, regrados pelas portarias ministeriais nºs 415/1972, 1.181/1974, 1.361/1976, 881/1990, 86/1991 e 1.028/1996. O assinante participava financeiramente da empresa concessionária, integralizando determinada quantia que, inicialmente, era lançada como recurso capitalizável e, posteriormente, após aprovado aumento de capital pela Assembleia Geral de Acionistas, era lançada no patrimônio líquido da empresa, gerando, assim, a emissão de ações. As demandas ajuizadas contra a antiga CRT, sociedade incorporada pela controlada BrT, discutem a forma utilizada para realizar a retribuição acionária em virtude dos acima mencionados contratos de participação financeira.

A controlada BrT provisionava o risco de perda com relação a essas ações, considerando determinadas teses jurídicas. Ao longo do período de 2009, foram proferidas decisões nos tribunais de justiça as quais levaram a controlada BrT a rever a avaliação de valor e grau de risco atribuído aos processos que discutem a matéria. A controlada BrT, respeitando, por óbvio, as peculiaridades de cada decisão e apoiada na avaliação de seus consultores jurídicos internos e externos, alterou a sua estimativa sobre a probabilidade de perda de possível para provável. Durante o exercício de 2009, a Administração da controlada BrT, apoiada em seus consultores jurídicos internos e externos, revisou o processo de mensuração da provisão para contingências relativas aos contratos de participação financeira. A referida revisão contemplou considerações adicionais correspondentes às datas e às teses que nortearam o trânsito em julgado de processos existentes, bem como a utilização de critérios estatísticos, para estimar o valor da provisão para contingências referente aos processos mencionados. A controlada BrT atualmente provisiona tais valores levando-se em conta, principalmente, (i) as referidas teses acima mencionadas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese (incluindo todos os custos processuais).

Ao final de 2010, foi divulgada notícia pelo site do STJ - Superior Tribunal de Justiça, que o mesmo fixou critérios de indenização a serem adotados pela controlada BrT, em benefício de acionistas da extinta CRT - Companhia Riograndense de Telecomunicações, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia de julgamento, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, os critérios deverão ser baseados em (i) na definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respectiva integralização, (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no fechamento do pregão do dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária (IPC/INPC), a partir do pregão da Bolsa de Valores do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Com base nas informações atuais, a Administração julga que sua estimativa não seria impactada materialmente em 30 de junho de 2011, caso tal metodologia já estivesse aprovada. Entretanto, eventuais mudanças poderão ocorrer, caso haja variação significativa nos itens acima, principalmente com relação a cotação de mercado das ações da controlada BrT.

- (ii) Estimativas ANATEL – refere-se, substancialmente, a descumprimento das obrigações de PGMU – Plano Geral de Metas de Universalização e PGMQ – Plano Geral de Metas de Qualidade;
- (iii) Juizados Especiais Cíveis - questionamentos realizados por clientes cujos valores individuais de indenização não ultrapassam 40 salários mínimos.
- (iv) Multas ANATEL – refere-se, substancialmente, as provisões de PADO´s – Procedimento de Apuração por Descumprimento de Obrigações, de PGMQ e de RIQ – Regulamento de Indicadores de Qualidade; e
- (v) Demais ações - refere-se a diversas ações em curso abrangendo rescisão contratual, indenização de ex-fornecedores e empreiteiras, basicamente, em virtude de ações judiciais em que empresas fornecedoras de equipamentos propuseram contra a controlada BrT, a revisão de condições contratuais por superveniência de plano de estabilização econômica, bem como, litígios cujas principais naturezas referem-se a discussões de quebras contratuais.

Passivo contingente

As controladas da Companhia também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista

Referem-se a questionamentos em diversos pedidos de reclamação relativos a diferenças salariais, horas extras, adicionais de periculosidade e insalubridade, e responsabilidade subsidiária, dentre outros, no valor aproximado de R\$ 2.731.544 (31/12/2010 - R\$ 2.205.808).

No primeiro trimestre de 2011, a BrT concluiu o processo de padronização da metodologia de cálculo das provisões para contingências trabalhistas, alinhando seus procedimentos ao praticado pela TMAR. A metodologia considerada anteriormente pela BrT e suas controladas tinha como base atribuir às causas os valores informados por seus consultores jurídicos externos, e o modelo que passou a ser adotado considera a média dos valores históricos pagos em processos de mesma natureza. Como consequência foi verificado o aumento no montante de R\$ 116.640, nas estimativas dos valores dos processos.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Tributária

As principais causas existentes estão representadas pelos seguintes objetos:

- (i) ICMS – diversas autuações fiscais de ICMS, dentre as quais destacam-se dois objetos principais: a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas pelo ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos, no montante aproximado de R\$ 1.294.395 (31/12/2010 - R\$ 1.119.720);
- (ii) ISS – suposta incidência sobre serviços auxiliares à comunicação e discussão quanto ao enquadramento dos serviços tributados pelos municípios na Lista da Lei Complementar nº 116/2003, no montante aproximado de R\$ 463.387 (31/12/2010 - R\$ 356.878);
- (iii) INSS – autuações versando sobre a adição de rubricas no salário-de-contribuição supostamente devidas pela controlada BrT, no montante aproximado de R\$ 322.795 (31/12/2010 - R\$ 308.273); e
- (iv) Tributos federais – diversas autuações de tributos federais, relativas, principalmente, a glosas efetuadas na apuração dos tributos, erros no preenchimento de obrigações acessórias, repasse de PIS e COFINS e FUST relacionado aos efeitos da mudança de interpretação de sua base de cálculo pela ANATEL. O montante aproximado é de R\$ 909.764 (31/12/2010 - R\$ 650.145).

Cível

As principais ações não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. Esses questionamentos perfazem aproximadamente, R\$ 800.680 (31/12/2010 - R\$ 779.905).

Cartas de fiança

Com relação às contingências passivas, a controlada BrT mantém contratos de cartas de fiança firmados com instituições financeiras, a título de garantia complementar de processos judiciais em execução provisória e como garantia de execução de compromissos de abrangência referentes a autorizações concedidas pela ANATEL. O valor histórico total de fianças contratadas pelas controladas da Companhia e vigentes na data do encerramento do período findo em 30 de junho de 2011 corresponde a R\$ 2.426.942 (31/12/2010 - R\$ 2.184.978) relativos ao consolidado. Os encargos de comissão desses contratos refletem as taxas praticadas no mercado.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativo contingente

A seguir estão apresentadas as demandas judiciais de ordem tributária promovida pela controlada BrT, através da qual reivindica a recuperação de tributos pagos.

PIS/COFINS: questionamento judicial sobre a aplicação da Lei nº 9.718/1998, que ampliou a base de cálculo do PIS e da COFINS. O período abrangido pela Lei foi de fevereiro de 1999 a novembro de 2002 para o PIS e fevereiro de 1999 a janeiro de 2004 para a COFINS. Em novembro de 2005, o STF concluiu o julgamento de alguns processos que tratam do tema e considerou inconstitucional a majoração da base de cálculo introduzida pela referida Lei. Parte das ações da controlada BrT e das empresas concessionárias do STFC da Região II do Plano de Outorgas, incorporadas pela controlada BrT em fevereiro de 2000, transitaram em julgado no decorrer de 2006, no que se refere ao alargamento da base de cálculo da COFINS. A controlada BrT aguarda o julgamento dos processos das demais empresas incorporadas, cuja avaliação de êxito dos assessores jurídicos da controlada BrT, na entrada futura de recursos, está considerada como provável. O montante atribuído a esses processos, que representam uma contingência ativa não reconhecida contabilmente, é de R\$ 20.851 (31/12/2010 - R\$ 20.271) para o consolidado.

24. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Ações bonificadas a resgatar			761.763	
Adiantamento de clientes			316.631	316.006
Consignação a favor de terceiros			226.616	250.175
Valores a pagar - grupamento de ações			116.724	117.516
Valores consorciáveis			67.048	36.591
Provisão para desmobilização de ativos			29.974	29.384
Receitas a apropriar			17.910	36.451
Valores a pagar de aval recebido de empresas ligadas			5.560	
Outros		2	74.663	56.306
Total		2	1.616.889	842.429
Circulante			1.274.802	611.811
Não circulante		2	342.087	230.618

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 15.789.244 (31/12/2010 - R\$ 12.334.064), composto pelas seguintes ações sem valor nominal:

	Quantidade (em milhares de ações)			
	30/06/2011	%	31/12/2010	%
Ações ordinárias	161.990	55,73	161.990	55,73
Ações preferenciais	128.675	44,27	128.675	44,27
Total	290.665	100,00	290.665	100,00

Em AGE realizada em 27 de abril de 2011, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 3.455.180, constituído através da reserva de investimentos. O capital social da Companhia passou a ser de R\$ 15.789.244, dividido em 290.665 ações, sendo 161.990 ações ordinárias e 128.675 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social em até 5.000.000.000 de ações, ordinárias ou preferenciais, independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(b) Reservas de lucros

Reserva Legal: destinação de 5% do lucro anual até o limite de 20% do capital social realizado. A destinação é optativa quando a reserva legal, somada às reservas de capital, supera em 30% o capital social. A reserva somente é utilizada para aumento do capital social ou para absorção de prejuízos.

Reserva de Investimentos: destinação proveniente do reprocessamento do exercício de 2009, em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, vide maiores detalhes no item (c) abaixo.

(c) Dividendos

Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social, um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido apurado em cada exercício social, ajustado consoante a legislação em vigor.

Conforme AGO - Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 27 de abril de 2011, foi aprovada a absorção do prejuízo do exercício, no montante de R\$ 99.266, pela reserva de investimentos. Em decorrência do reprocessamento do exercício de 2009, em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, foram apurados R\$ 5.281.873 de lucros acumulados, dos quais se propõe que (i) R\$ 1.826.693 foram destinados para constituição da reserva de investimento naquele exercício e (ii) R\$ 3.455.180 para aumento do capital social da Companhia.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(d) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido**(d.1) Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações**

Nessa rubrica são reconhecidas as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*.

(d.2) Outros resultados abrangentes

Nessa rubrica são reconhecidos itens de receita, despesa, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

O presente formulário de Informações Trimestrais apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de "Ajuste de avaliação patrimonial" - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica "Outros resultados abrangentes", tampouco a rubrica "Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações") e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apresenta apenas a rubrica "Outros resultados abrangentes" (não apresentando a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial", tampouco a rubrica "Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações"). Consequentemente, os efeitos discutidos nos itens (d.1) e (d.2) acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações	Outros resultados abrangentes	Total (*)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	956.873		956.873
Variações no período			
Saldos em 30 de junho de 2011	956.873		956.873

	Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações	Outros resultados abrangentes	Total (*)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	956.873		956.873
Variações no período			
Saldos em 30 de junho de 2010	956.873		956.873

(*) Classificado como "Ajuste de avaliação patrimonial" no balanço patrimonial e como "Outros resultados abrangentes" na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Adicionalmente, para o período findo em 30 de junho de 2011 a Companhia não registrou Outros Resultados Abrangentes.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(e) Lucro (Prejuízo) por ação básico e diluído**Básico**

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, se aplicável, e efeito dilutivo decorrente do plano de opção de ações da subsidiária BrT que provoca uma redução do resultado de equivalência patrimonial, reduzindo o lucro (ou aumentando o prejuízo) atribuído aos acionistas controladores da Coari.

	Trimestre findo em 30/06/2011	Semestre findo em 30/06/2011 (*)	Trimestre findo em 30/06/2010	Semestre findo em 30/06/2010 (*)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores da Companhia	(14.697)	(177.285)	(89.520)	(144.453)
Prejuízo alocado às ações ordinárias – básicas	(14.697)	(177.285)	(89.520)	(144.453)
Equivalência patrimonial sobre efeito dilutivo do plano de opções de ações da BrT	(14)	(17)	(36)	(36)
Prejuízo alocado às ações ordinárias – diluídas	(14.711)	(177.302)	(89.556)	(144.489)
Média ponderada das ações em circulação				
Ações ordinárias – básicas e diluídas	161.990.001	161.990.001	161.990.001	161.990.001
Ações preferenciais – básicas e diluídas	128.675.049	128.675.049	128.675.049	128.675.049
Lucro (prejuízo) por ação (Em reais):				
Ações ordinárias – básicas	(0,09073)	(1,09442)	(0,55263)	(0,89174)
Ações ordinárias – diluídas	(0,09081)	(1,09452)	(0,55285)	(0,89196)

(*) De acordo com a legislação societária, os acionistas detentores de ações preferenciais não estão contratualmente obrigados a absorver prejuízos, sendo esses prejuízos atribuídos exclusivamente aos acionistas detentores de ações ordinárias.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A leitura desta nota explicativa deve ser realizada em conjunto com as respectivas divulgações apresentadas na Nota 27 das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2010.

(a) Fundos de pensão

As controladas da Companhia patrocinam planos de benefícios de aposentadoria (“Fundos de pensão”) aos seus empregados, desde que estes optem pelos referidos planos, e aos participantes assistidos. Segue abaixo quadro demonstrativo dos planos de benefícios existentes em 30 de junho de 2011.

Planos de benefícios	Empresas patrocinadoras	Gestor
TCSPREV	BrT, BrT Celular, VANT, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
BrTPREV	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
Fundador / Alternativo	BrT, BrT Celular, BrT Multimídia, BrT CS, iG e BrTI	FATL
TelemarPrev	BrT	FATL
PAMEC	BrT	BrT
PBS-A	BrT	Sistel
PAMA	BrT	Sistel

Sistel – Fundação Sistel de Seguridade Social

FATL – Fundação Atlântico de Seguridade Social

A controlada BrT, para efeitos de fundos de pensão citada nesta nota, também poderá estar denominada como “Patrocinadora”.

Em 1 de janeiro de 2010 os planos de benefícios de previdência complementar, que até então estavam sob administração da Fundação 14 de Previdência Privada e Fundação BrTPREV, foram transferidos para administração da FATL.

Os planos patrocinados são avaliados por atuários independentes na data de encerramento do exercício social. Para o exercício social encerrado em 2010, as avaliações atuariais foram realizadas pela Mercer Human Resource Consulting Ltda. Os estatutos sociais prevêm a aprovação da política de previdência complementar, sendo que a solidariedade atribuída aos planos de benefícios definidos vincula-se aos atos firmados junto às fundações, com a anuência da PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar, no que cabe aos planos específicos.

Nos planos patrocinados de benefício definido não há mais possibilidade de novas adesões por serem planos fechados. As contribuições de participantes e da patrocinadora estão definidas no Plano de Custeio. A PREVIC é o órgão oficial que aprova e fiscaliza os referidos planos.

Para os planos que apresentam situação atuarial superavitária são constituídos ativos nos casos de autorização explícita para compensação com contribuições patronais futuras.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Provisões para fundos de pensão

Referem-se ao reconhecimento do déficit atuarial dos planos de benefício definido, conforme demonstração a seguir:

	CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
Planos BrTPREV e Fundador/Alternativo	589.887	650.305
Plano PAMEC	3.279	3.001
Total	593.166	653.306
Circulante	47.505	77.941
Não circulante	545.661	575.365

Ativo constituído para compensação de contribuições patronais futuras

A controlada BrT reconheceu um ativo junto ao Plano TCSPREV, referente a: (i) contribuições da patrocinadora sem direito de resgate pelos participantes que se desligaram do Plano; e (ii) parte do superávit do Plano, atribuído à patrocinadora.

O ativo reconhecido compõe a rubrica de outros ativos e se destina à compensação de contribuições patronais futuras. Sua composição está apresentada a seguir:

	CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
Plano TCSPREV	98.786	92.619
Total	98.786	92.619
Não circulante	98.786	92.619

(b) Participações dos empregados nos lucros

O plano de participação nos lucros foi instituído em 1999, como forma de incentivar os empregados a alcançar as metas individuais e corporativas, melhorando o retorno dos acionistas. O plano entra em vigor quando são atingidas as seguintes metas:

- Cumprimento de metas de valor adicionado econômico (indicadores de lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização, além de indicadores de valor econômico adicionado); e
- Indicadores operacionais, qualidade e mercado.

No período findo em 30 de junho de 2011, a BrT e suas controladas registraram provisões com base nas estimativas do cumprimento dessas metas, no montante total de R\$ 19.795 (31/12/2010 – R\$ 96.344).

As diferenças entre os valores provisionados e os apresentados nas demonstrações de resultado, referem-se a complementos das estimativas do ano anterior quando do pagamento efetivo.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(c) Plano de remuneração baseada em ações

A Companhia e suas controladas possuem planos de remuneração baseadas em ações, para os quais não houve movimentações significativas no período findo em 30 de junho de 2011.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. Os segmentos de negócios estão identificados através da natureza dos serviços e pela tecnologia empregada na prestação dos serviços de telecomunicações. Os segmentos divulgáveis estão resumidos a seguir:

- Telefonia fixa/Dados: Oferece basicamente serviços de transmissão de voz local, de longa distância e comunicação de dados;
- Telefonia móvel: Oferece principalmente serviços de voz móvel, comunicação de dados 3G e serviços adicionais, que incluem serviços de mensagens e interatividade; e
- Outros: Inclui serviços de provedor internet e “Call Center”.

O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis da Companhia e estão segregados conforme abaixo:

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Telefonia Fixa / Dados		Telefonia Móvel		Todos os outros segmentos		Eliminações		Total	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Receitas	4.143.509	4.517.433	936.523	956.806	299.142	322.463	(653.098)	(588.005)	4.726.076	5.208.697
Custos dos serviços prestados	(3.203.676)	(3.537.119)	(650.400)	(688.541)	(178.517)	(139.275)	535.983	472.566	(3.496.610)	(3.892.369)
Interconexão	(898.947)	(1.001.218)	(257.825)	(282.756)			294.012	286.512	(862.760)	(997.462)
Depreciação e amortização	(1.536.829)	(1.761.227)	(114.135)	(110.428)	(898)	(637)			(1.651.862)	(1.872.292)
Serviço de manutenção de rede	(285.124)	(345.878)	(28.957)	(23.326)	(86)	(10)			(314.167)	(369.214)
Aluguéis e seguros	(182.633)	(145.285)	(68.915)	(71.508)	(12.119)	(3.935)	65.513	28.318	(198.154)	(192.410)
Meios de conexão	(122.514)	(113.302)	(94.002)	(97.468)			175.242	157.720	(41.274)	(53.050)
Custos de aparelhos e acessórios			(13.463)	(29.985)			4	16	(13.459)	(29.969)
Outros custos e despesas	(177.629)	(170.209)	(73.103)	(73.070)	(165.414)	(134.693)	1.212		(414.934)	(377.972)
Lucro bruto	939.833	980.314	286.123	268.265	120.625	183.188	(117.115)	(115.439)	1.229.466	1.316.328
Receitas (Despesas) operacionais	(1.208.962)	(1.361.851)	(309.661)	(273.850)	(125.428)	(149.974)	117.136	117.775	(1.526.915)	(1.667.900)
Comercialização de serviços	(489.334)	(459.962)	(228.424)	(194.385)	(59.441)	(72.725)	190.269	187.264	(586.930)	(539.808)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(162.276)	(176.102)	(39.088)	(34.745)	(3.512)	(10.076)	(3)	(383)	(204.879)	(221.306)
Comissão de vendas	(344)	(328)	(6.040)	(6.041)					(6.384)	(6.369)
Central de atendimento	(155.592)	(138.327)	(15.550)	(33.562)	(9.617)	(6.962)	168.267	162.312	(12.492)	(16.539)
Publicidade e propaganda	(46.765)	(31.609)	(27.041)	(22.773)	(4.913)	(10.018)	1.303		(77.416)	(64.400)
Outros serviços de terceiros	(68.116)	(70.253)	(115.396)	(56.828)	(7.844)	(11.582)	10.030	7.319	(181.326)	(131.344)
Outros custos e despesas	(56.241)	(43.343)	(25.309)	(40.436)	(33.555)	(34.087)	10.672	18.016	(104.433)	(99.850)
Gerais e administrativas	(583.597)	(575.605)	(77.678)	(88.255)	(58.464)	(88.576)	11.203	23.760	(708.536)	(728.676)
Outras receitas operacionais (despesas), líquidas	(136.031)	(326.284)	(3.559)	8.790	(7.523)	11.327	(84.336)	(93.249)	(231.449)	(399.416)
Outras receitas operacionais	288.185	174.273	30.146	45.355	9.669	32.941	(41.008)	(54.088)	286.992	198.481
Outras despesas operacionais	(424.216)	(500.557)	(33.705)	(36.565)	(17.192)	(21.614)	(43.328)	(39.161)	(518.441)	(597.897)
Resultado financeiro	(454.551)	(119.888)	209.232	6.780	6.976	8.368	(21)	(2.336)	(238.364)	(107.076)
Receitas financeiras	279.893	332.118	312.772	80.460	11.316	11.161	(83.026)	(18.883)	520.955	404.856
Despesas financeiras	(734.444)	(452.006)	(103.540)	(73.680)	(4.340)	(2.793)	83.005	16.547	(759.319)	(511.932)
Resultado antes dos tributos	(723.680)	(501.425)	185.694	1.195	2.173	41.582			(535.813)	(458.648)
Provisão para IR/CSLL	255.756	204.135	(63.400)	(18.699)	(10.164)	(19.457)			182.192	165.979
Lucro (prejuízo) do exercício	(467.924)	(297.290)	122.294	(17.504)	(7.991)	22.125			(353.621)	(292.669)
Resultado atribuído ao controlador									(177.285)	(144.453)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores									(176.336)	(148.216)
Informações adicionais										
Serviços prestados	3.882.482	4.312.823	697.796	705.387	138.433	161.535			4.718.711	5.179.745
Vendas			7.365	28.952					7.365	28.952
Receita de clientes externos	3.882.482	4.312.823	705.161	734.339	138.433	161.535			4.726.076	5.208.697
Receita entre segmentos	261.027	204.610	231.362	222.467	160.709	160.928			653.098	588.005
Receita total	4.143.509	4.517.433	936.523	956.806	299.142	322.463				
Depreciações e amortizações	1.619.288	1.988.613	128.165	7.839	9.131	602			1.756.584	1.997.054
Acréscimos de imobilizado/intangível (i)	411.639	142.657	94.426	49.117	4.209	9.459			510.274	201.233
Informações Patrimoniais	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Ativos	32.661.710	32.176.144	8.372.067	9.125.512	805.921	1.201.649	(2.341.751)	(1.185.598)	39.497.947	41.317.707
Passivos	17.730.316	17.187.906	2.354.802	2.238.079	204.446	411.802	(2.341.751)	(1.185.598)	17.947.813	18.652.189

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- (i) O maior volume de adições registrado no período findo em 30 de junho de 2011 está concentrado na melhoria da qualidade da rede e expansão da cobertura de banda larga fixa.

Os quadros a seguir apresentam os componentes das receitas dos segmentos de serviços de telefonia fixa/dados e de telefonia móvel para os períodos de 30 de junho de 2011 e 2010:

Telefonia fixa/dados	30/06/2011	30/06/2010
Serviço local (ex - VC1)	2.264.911	2.390.785
Serviço ligações fixo móvel (VC1)	700.303	784.278
Longa distância (ex - VC2 e VC3)	428.446	551.630
Longa distância fixo móvel VC2 e VC3	457.982	613.835
Remuneração pelo uso da rede	252.059	249.815
Serviço de comunicação de dados	2.840.950	2.870.635
Telefones de uso público	105.364	131.682
Outros serviços	310.937	319.984
Receita bruta de serviços	7.360.952	7.912.644
Tributos sobre os serviços	(1.505.916)	(1.658.861)
Outras deduções	(1.711.527)	(1.736.350)
Receita de serviços	4.143.509	4.517.433

Telefonia móvel	30/06/2011	30/06/2010
Serviço móvel	769.834	704.723
Remuneração pelo uso da rede	562.323	560.852
Venda de aparelhos e acessórios	10.308	33.089
Receita bruta de serviços	1.342.465	1.298.664
Tributos sobre os serviços	(230.883)	(214.509)
Outras deduções	(175.059)	(127.349)
Receita de serviços	936.523	956.806

O segmento de telefonia fixa/dados opera em países estrangeiros através de um sistema de cabos submarinos de fibra ótica, com pontos de conexão nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas e Venezuela, permitindo o tráfego de dados através de pacotes de serviços integrados, oferecidos a clientes corporativos nacionais e internacionais.

Na apresentação com base em segmentos geográficos, a receita do segmento é baseada na localização geográfica do país onde os serviços são prestados. Os ativos não circulantes do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Por não serem relevantes, as receitas e ativos provenientes de operações em países estrangeiros estão sendo divulgadas em conjunto.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Informações geográficas	Receitas		Ativos não circulantes(*)	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	31/12/2010
No país sede da entidade	4.698.086	5.172.414	26.864.617	27.751.515
Em países estrangeiros	27.990	36.283	214.373	238.636
Total	4.726.076	5.208.697	27.078.990	27.990.151

(*) Exceto instrumentos financeiros, ativos relacionados a fundos de pensão e tributos diferidos, conforme exigência do CPC 22 – Informações por Segmento.

28. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Ativo				
Contas a receber			31.532	34.025
TMAR			20.955	19.051
Oi Internet			3.568	41
Oi Móvel			4.997	14.933
Portugal Telecom			2.012	
Debêntures			2.055.844	1.911.134
TMAR			2.055.844	1.911.134
Dividendos e juros sobre o capital próprio		239.106		
BrT		239.106		
Demais ativos	740.221			
BrT	740.221			
Passivo				
Fornecedores			38.169	35.377
TMAR			5.865	10.203
Oi Móvel			29.330	21.288
Oi Internet			49	
Contax S.A.			1.149	3.886
Portugal Telecom			1.776	
Demais obrigações			5.560	
TNL			2.818	
TMAR			2.742	
Empréstimos e financiamentos	2.513	1.314	2.513	1.314
TMAR	2.513	1.314	2.513	1.314

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Receitas				
Receita dos serviços prestados			208.972	158.142
TMAR			174.160	126.489
Oi Internet			11.787	
Oi Móvel			22.239	31.653
Portugal Telecom			786	
Receitas financeiras			144.710	105.452
TMAR			144.710	105.452
Custos/Despesas				
Custos dos serviços prestados			(150.502)	(61.299)
TMAR			(30.039)	(15.353)
Oi Móvel			(107.797)	(45.946)
Oi Internet			(141)	
Portugal Telecom			(42)	
Contax S.A.			(12.483)	
Comercialização dos serviços			(36.883)	
Contax S.A.			(36.883)	
Despesas gerais e administrativas			(7.377)	
Contax S.A.			(7.377)	
Outras despesas operacionais			(5.897)	
BrT Internet			(5.897)	
Despesas financeiras	(203)	(24)	(24.287)	(24)
TNL			(22.552)	
TMAR	(203)	(24)	(1.735)	(24)

Transações efetuadas pelas controladas BrT e BrT Celular**(a) Debêntures privadas de emissão da TMAR**

A BrT adquiriu, com a incorporação da BrT Part, os direitos junto à controladora indireta referentes à subscrição de debêntures privadas não conversíveis em ações, no valor de R\$ 1.200.000, da emissão da TMAR. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, em 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de 4,0% a.a. e em 30 de junho de 2010 foi contabilizada uma receita financeira no montante de R\$ 84.520. Em 31 de dezembro de 2010 a BrT transferiu o direito sobre as referidas debêntures para a BrT Celular, como integralização parcial do aumento de capital realizado nesta controlada.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Transação da BrT Celular

A controlada BrT Celular subscreveu em 12 de março de 2009 debêntures privadas não conversíveis em ações, emitidas em dezembro de 2008 pela TMAR, no valor de R\$ 300.000. O prazo de vencimento destas debêntures é de cinco anos, em 11 de dezembro de 2013. A remuneração corresponde à Taxa DI capitalizada de 4,0% a.a. Na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2011, o montante atualizado das debêntures a receber era de R\$ 2.055.844 (31/12/2010 - R\$ 1.911.134), sendo contabilizada uma receita financeira de R\$ 144.710 (30/06/2010 - R\$ 20.932).

(b) Contratos de financiamentos com o BNDES

As controladas BrT e BrT Celular firmaram contratos de financiamentos com o BNDES, acionista controlador do BNDESPAR, que detinha 13,05% (31/12/2010 – 31,4%) do capital votante da Tmar Part, empresa holding do Grupo e, por consequência, empresa ligada da Companhia e de suas controladas.

O saldo devido relativo aos financiamentos do BNDES, na data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2011 era de R\$ 2.310 milhões (31/12/2010 – R\$ 2.588 milhões) no consolidado e foram registradas despesas financeiras de R\$ 82 milhões (30/06/2010 – R\$ 106 milhões) no consolidado.

(c) Remuneração do pessoal-chave da administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	CONSOLIDADO	
	30/06/2011	30/06/2010
Salários e demais benefícios de curto prazo	2.524	1.837
Remuneração com base em ações	336	1.164
Total	2.860	3.001

(d) Garantias

Os financiamentos contratados junto ao BNDES, debêntures públicas e demais empréstimos possuem garantias e aval da TNL. A BrT registrou no período findo em 30 de junho de 2011, a título de comissão pelo aval da TNL, despesas no montante de R\$ 22.552 (30/06/2010 – R\$ 2.532). Adicionalmente, na operação do CRI, foram concedidos avais pela TMAR ao custo de 0,5% a.a. calculados sobre o saldo devedor. As despesas relativas a esses avais totalizaram R\$ 1.239 no período findo em 30 de junho de 2011 (30/06/2010 - R\$ 24).

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

29. SEGUROS

Durante o período de concessão, compete à concessionária manter as seguintes coberturas de seguros, conforme os prazos previstos: seguro do tipo “todos os riscos” para danos materiais relativos a propriedade que cobre todos os ativos seguráveis que pertencem à concessão, seguro de preservação de condições econômicas para continuidade da exploração do serviço e seguro garantia do cumprimento das obrigações relativas à qualidade e à universalização, de acordo com as disposições constantes dos Contratos de Concessão. Os ativos e responsabilidades de valores relevantes e ou alto risco estão cobertos por seguros. A controlada BrT e suas controladas mantêm seguro garantindo cobertura para danos materiais, perda de receitas decorrentes desses danos (lucros cessantes), entre outros. A Administração entende que o montante segurado é suficiente para garantir a integridade patrimonial e continuidade operacional, bem como o cumprimento das regras estabelecidas nos Contratos de Concessão.

As apólices de seguros propiciam as seguintes coberturas, segundo os riscos e a natureza dos bens:

Modalidade de seguro	CONSOLIDADO	
	30/06/2011	31/12/2010
Riscos operacionais e lucros cessantes	800.000	800.000
Responsabilidade civil - terceiros (*)	124.888	166.620
Incêndio – estoques	100.000	100.000
Roubo - estoques	20.000	20.000
Responsabilidade civil - geral	15.000	15.000
Garantia de concessão	40.443	7.480
Responsabilidade civil - veículos	3.000	3.000

(*) conforme cotação do câmbio do dia 30/06/2011 (ptax) - US\$ 1,5611

30. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Reorganização Societária – Oi S.A.

Em 24 de maio de 2011, a Companhia divulgou Fato Relevante no qual comunicou aos seus acionistas que foi orientado pela TMAR Part aos seus administradores a conduzirem estudos e adotarem procedimentos pertinentes visando uma reorganização societária das empresas Grupo Oi envolvendo as seguintes empresas: TNL, TMAR, Coari e BrT.

A Reorganização Societária pretendida compreende conjuntamente a incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela BrT, companhia esta que concentrará todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e será a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, passando a ser denominada Oi S.A.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária atual e a estrutura após a implementação da Reorganização Societária:

Notas Explicativas

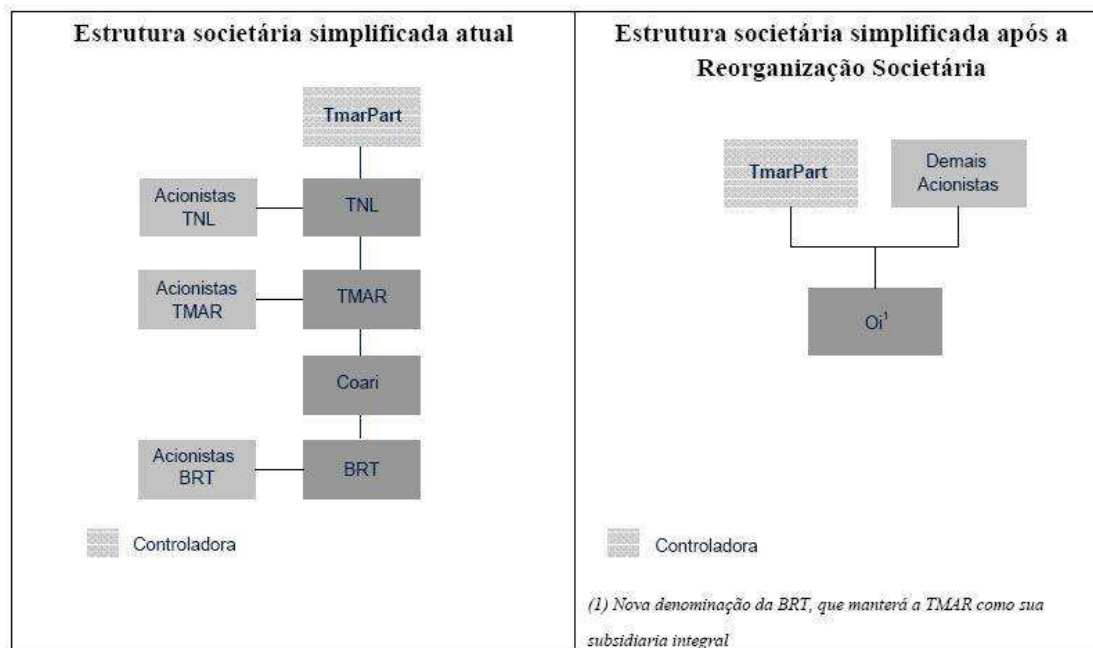
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A Reorganização Societária tem por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, eliminando custos operacionais e administrativos e aumentando a liquidez para todos os acionistas. A Reorganização Societária pressupõe a incorporação de ações da TMAR pela Coari e incorporações de ambas Coari e TNL pela BrT na mesma data, conjunta e indissociada uma da outra, de modo que a implementação de cada uma dessas operações será condicionada à aprovação da outra.

A manutenção do controle acionário da Oi S.A. exclusivamente pela TMAR Part é condição para a aprovação da Reorganização Societária, cumprindo, assim, suas obrigações legais e regulatórias perante a ANATEL. A TMAR Part e seus acionistas diretos ou indiretos implementarão as medidas necessárias para a manutenção do controle e o cumprimento de tais obrigações, incluindo, potencialmente, a permuta de ações preferenciais que detém por ações ordinárias de titularidade de seus acionistas diretos ou indiretos.

Estima-se que a Reorganização Societária resultará em criação de valor para os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificação da estrutura acionária das Companhias Oi;
- Unificação das bases acionárias das Companhias Oi atualmente divididas em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações negociadas, em uma única empresa com duas espécies diferentes de ações negociadas;

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Aumento significativo de liquidez das ações, devido à concentração de acionistas em uma única companhia, cujas ações ordinárias e preferenciais serão negociadas na BM&F Bovespa e na NYSE, mediante programa de ADR;
- Unificação dos balanços das Companhias Oi, após a conclusão da Reorganização Societária, de forma a permitir a definição de uma política de dividendos de longo prazo; e
- Redução dos custos operacionais, administrativos e financeiros com a racionalização e unificação da administração geral dos negócios, a otimização de sua estrutura de capital, a maximização da capacidade de captação de recursos e o acesso ao mercado de capitais.

Quando da AGO da BrT que aprovar as incorporações da Coari e da TNL, será proposta a bonificação em ações resgatáveis de emissão da BrT a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da BrT anteriores à incorporação, as quais serão imediatamente resgatadas em dinheiro, pelo valor total de R\$ 1,5 bilhão, a ser pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social. O valor das ações resgatadas acima será deduzido no cálculo das relações de substituição que vier a ser deliberado.

Em 29 de junho de 2011, a TNL, a TMAR e a BrT constituíram comitês especiais independentes. A Coari não instalou seu próprio comitê especial independente uma vez que TMAR é sua única acionista. Os Comitês Especiais Independentes de TNL, TMAR e BrT informaram ao Presidente do Conselho de Administração dessas companhias que, após (i) discutirem e analisarem, cada qual individualmente, a proposta das Incorporações juntamente com seus assessores jurídicos e financeiros contratados para esse fim, e, posteriormente, (ii) negociarem entre si, os Comitês Independentes recomendaram aos Conselhos de Administração das Companhias Oi a adoção das seguintes relações de troca nas Incorporações:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
TNLP3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRTO3	3,8620

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária está sujeita à anuência da ANATEL.

Tendo em vista que as ações de BrT e da TNL possuem registro junto à SEC, a Reorganização Societária estará sujeita ao registro de ações a serem emitidas pela Oi S.A. junto à SEC.

A Reorganização Societária também será submetida à anuência de certos credores e debenturistas, nos termos dos respectivos instrumentos de dívida, não estando, contudo, condicionada à concordância destes.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nos termos do art. 137, §1º da Lei das S.A., os acionistas dissidentes terão direito de retirada, o qual será exercível em relação às ações de que sejam titulares ininterruptamente desde o encerramento do pregão do dia 23 de maio de 2011 até a data do efetivo exercício do direito de retirada. As ações adquiridas a partir do dia 24 de maio de 2011 não conferirão ao seu titular direito de retirada com relação à Reorganização Societária.

Estima-se que as assembleias gerais da BrT, da Coari, da TMAR e da TNL que deliberarão sobre as operações acima descritas sejam convocadas para se realizar em aproximadamente 180 dias contados da data do Fato Relevante, a depender de diversos fatores, inclusive do prazo que os comitês especiais independentes entendam necessário para realizar o seu ofício. Além disso, estima-se que as ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. passarão a ser negociadas, já sob seu novo código, em aproximadamente 40 dias após a data das assembleias que deliberarem sobre as incorporações.

Em decorrência do fato da Companhia estar compromissada com a reestruturação societária das empresas do grupo Oi, tendo parte substancial dos eventos sob seu controle, e em função da estratégia de negócio a ser adotada pela Administração as operações futuras da Companhia serão impactadas de tal forma que certas receitas serão consolidadas, haverá economia de despesas, certos ativos serão utilizados de forma integrada, bem como ocorrerão outros benefícios e efeitos provenientes da reestruturação. Portanto os fluxos de caixa serão analisados pela Administração de forma consolidada em seu processo de tomada de decisões.

Como consequência, a Companhia, com base nos pronunciamentos CPC 01 e CPC 25, considerou os fluxos de caixa futuros consolidados de suas operações para análise de indicativo de "impairment" de seus ativos (representando esta a unidade geradora de caixa). A referida análise não evidenciou indícios de "impairment" sobre os ativos de longa duração da Companhia.

Também em decorrência de estar compromissada com a reestruturação societária das empresas do grupo Oi, a Administração procedeu ao registro na controlada BrT do passivo decorrente do provisionamento de bonificação de ações a serem resgatadas no montante de R\$1.501.984.

(b) Revisão dos contratos de concessão STFC

Em 30 de junho de 2011, a controlada BrT firmou junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC e Termo de Compromisso com a finalidade de adesão aos objetivos do Decreto nº 7.175/2010 (PNBL - Plano Nacional de Banda Larga).

A revisão dos contratos de concessão de STFC traz, entre suas principais alterações, a eliminação de vedação a que coligadas das concessionárias de telecomunicações possam oferecer o serviço de TV a Cabo.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Acompanha também a revisão, nova versão do Plano Geral de Metas Universalização (PGMU III), que constitui anexo aos referidos Contratos. Nessa versão, a controlada BrT se compromete com a instalação de TUPs em áreas rurais (em escolas, postos de saúde e outros locais), com a oferta de acesso individual a populações situadas em área rural e a oferta de acesso individual classe especial (AICE) a assinantes de baixa renda inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O Decreto Presidencial que edita o novo PGMU III estabelece que as obrigações previstas tenham asseguradas a sua viabilidade técnica e econômica e limita a instalação de TUPs em áreas rurais ao saldo disponível decorrente da desoneração de TUPs urbanos, em linha com o que prevê a Lei Geral de Telecomunicações e os contratos de concessão em vigor.

A meta de densidade de TUPs em áreas urbanas foi reduzida de seis a cada 1.000 para quatro a cada 1.000 habitantes e produz efeitos imediatos. As metas de TUPs em áreas rurais e acesso individual rural são todas sob demanda e só terão início após a cobertura de rede por meio de sistema de radiocomunicação operando nas subfaixas de radiofrequências de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz, a ser implementada pelo vencedor de processo de licitação da radiofrequência que ocorrerá em prazo ainda não definido.

Concomitantemente com a assinatura da revisão dos contratos de concessão e com a edição do novo PGMU, a controlada BrT firmou voluntariamente com o Ministério das Comunicações e com a ANATEL um Termo de Compromisso, aderindo ao PNBL. Por esse Termo, as empresas que integram a “Oi” comprometem-se a realizar oferta popular de banda larga (“Oferta de Varejo”) bem como uma “Oferta de Atacado”, ambas voltadas para atendimento aos objetivos do Governo Federal de expansão e disseminação da banda larga no Brasil.

(c) Contrato de prestação de serviços e patrocínio oficial da Copa do Mundo FIFA 2014

Em junho de 2010, a Companhia celebrou contrato com a FIFA – “*Fédération Internationale de Football Association*” para ser o prestador oficial de todos os serviços de telecomunicações da Copa do Mundo FIFA 2014, bem como ser um dos patrocinadores oficiais do evento.

Os compromissos estabelecidos no contrato passaram a trazer efeitos apenas no exercício de 2011, tendo em vista que somente a partir de janeiro deste ano é que o referido contrato passou a vigorar. Do contrato de prestação de serviços de telecomunicações a Companhia tem o compromisso de fazer os investimentos necessários em infraestrutura para prover os serviços.

Notas Explicativas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de Debênture Pública

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de julho de 2011 e 28 de julho de 2011, foi aprovada a 5ª emissão pública, pela controlada BrT, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no mercado local, para distribuição com esforços restritos (conforme termos da instrução CVM nº 476) no valor de R\$ 1.000 milhões (valor unitário de R\$ 10 milhões de reais), em série única. A emissão ocorreu em 8 de agosto de 2011 e a subscrição da totalidade das notas ocorreu em 10 de agosto de 2011. As 100 debêntures têm vencimento em 8 de agosto de 2017 com remuneração de CDI + 1% a.a., pagamento de juros anual e pagamento de principal no vencimento final.

Notas Explicativas

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/06/2011

01908-9 COARI PARTICIPAÇÕES S.A. 04.030.087/0001-09

07.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Divulgações adicionais a demonstração do fluxo de caixa

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Variação entre investimento econômico e financeiro (ativo imobilizado e intangível)			(34.429)	(181.280)
Ações bonificadas a resgatar	740.221		761.763	

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Coari Participações S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Coari Participações S.A. e de suas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações dos resultados para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board – IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e a norma internacional IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (“DVA”), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Marco Antonio Brandão Simurro
Auditores Independentes Contador
CRC 2SP 011.609/O-8 “F” RJ CRC n° RJ 052000/O-0